

# Página 13



■ Nº150 ■ FEV-MARÇO/2016

UM JORNAL A SERVIÇO DO PT DEMOCRÁTICO, SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIO



Foto: Roberto Parizotti/CUT

Manifestação de solidariedade ao ex-presidente Lula, convocada pela Frente Brasil Popular no dia 17 de fevereiro, em frente ao Fórum da Barra Funda, em São Paulo

## NÃO ME VENHA COM PIXULECOS!!!

O que está em jogo não é a eleição de 2018, nem o governo Dilma, nem mesmo Lula e o PT. O que está em jogo é se a classe trabalhadora brasileira continuará sendo alternativa de poder e de governo. [Páginas 2 a 6](#)

**Crise do SUS?**  
páginas 16 a 21

**Arquivo Nacional**  
páginas 26 e 27

**8 de março**  
páginas 28 a 31

# A direita dobra a aposta. Façamos o mesmo!

*O centro da tática continua sendo derrotar a contraofensiva conservadora.*

*Esta contraofensiva conservadora possui diversos protagonistas e métodos, mas propósitos estratégicos comuns: a)realinhar o Brasil aos EUA, afastando-nos dos BRICS e da integração regional; b)reduzir o salário e a renda dos setores populares, diminuindo as verbas das políticas sociais, alterando a legislação trabalhista, reduzindo direitos, não reajustando salários e pensões, provocando desemprego e arrocho; c)diminuir o acesso do povo às liberdades democráticas, criminalizando a política, os movimentos sociais e os partidos de esquerda, partidizando a justiça, ampliando o terrorismo policial-militar especialmente contra os pobres, moradores de periferia e negros, subordinando o Estado laico ao fundamentalismo religioso, agredindo os direitos das mulheres, dos setores populares, dos indígenas.*

Para derrotar a contraofensiva conservadora, o PT precisa mudar de estratégia e o governo precisa mudar de política. Especialmente, mas não apenas, mudar a política econômica.

Até o momento em que redigimos este editorial, a opção da presidenta Dilma vem sendo outra. Para citar o texto de Alexandre Fortes sobre o Arquivo Nacional (ver páginas 26 e 27), o que a Presidenta está fazendo “talvez possa ser resumida pela clássica frase do jogador João Pinto, do Benfica: ‘O time estava à beira do abismo, mas tomou a decisão correta e deu um passo à frente’...”

Ou seja, frente a um ataque da direita, a presidenta foi defendida pela esquerda, mas as medidas apontadas como necessárias para superar a crise adotam o receituário da direita e prejudicam a esquerda, a classe trabalhadora, o povo.

A prioridade, em nossa opinião, deveria ser outra: reduzir os juros, investir bilhões na produção, no desenvolvimento, nas políticas sociais, na geração de emprego e renda. Ou seja, dobrar a aposta que

fizemos diante da crise de 2007-2008. E nunca, nunca, fazer uma reforma da previdência que prejudica o povo e vender na bacia das almas o patrimônio nacional.

Enquanto o governo capitula ao programa da direita, a direita, o oligopólio da mídia e o grande capital continuam acenando com o impeachment. Mas o bombardeio principal agora é contra Lula e o PT.

A contraofensiva da direita faz parte de um processo sistêmico, que tem relação com a crise internacional e seus efeitos na região (vide Bolívia), tem relação com o fato da direita ter aprendido com nossas vitórias e tem relação com as debilidades, deficiências e erros da própria esquerda e de nossos governos. Se a direita tiver êxito, isto resultará em muitos anos de hegemonia conservadora. É preciso derrotar a direita. Até porque, se não os enfrentarmos e derrotarmos, o preço será muito alto e será pago pela classe trabalhadora de agora e das futuras gerações.

Por isto, furar pixulecos é um aperitivo.★

*Os editores*

## I CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DA ARTICULAÇÃO DE ESQUERDA

No período de 21 a 24 de abril de 2016 realizar-se-á a I Conferência Nacional de Educação da AE, com o tema “Desafios Políticos e Educacionais a partir do Plano Nacional de Educação 2014-2024”, em Natal/RN. A Conferência será um espaço democrático e coletivo no qual as/os filiadas/os a AE poderão debater e trocar experiências a respeito dos caminhos da educação brasileira a partir da aprovação, regulamentação e implementação das metas e estratégias do PNE.

O objetivo geral da Conferência Nacional de Educação da Articulação de Esquerda é preparar as/os filiadas/os para a disputa política e ampliação da atuação da tendência em todos os estados, bem como em todas as entidades de cunho educacional nas quais possamos ter representatividade.

De forma específica o evento se propõe a elaborar um documento sobre a política educacional da Articulação de Esquerda e construir uma proposta referencial sobre a política sindical da AE na área da educação, tendo em vista as disputas postas nos sindicatos, confederações e federações nas esferas municipais, estaduais e federal, no âmbito público e privado.

A organização da I Conferência Nacional de Educação da Articulação de Esquerda espera contar com a participação de delegadas/os de todo o país. Na Conferência trabalharemos temáticas pertinentes ao atual cenário educacional, a exemplo de: “escola sem partido”, questões de gênero e diversidade – Ideologia de Gênero existe?; a formação docente; o financiamento da educação; entre outros.

Esperamos todas/os de 21 a 24 de abril em Natal/RN.

### EXPEDIENTE

**Página 13** é um jornal publicado sob responsabilidade da direção nacional da Articulação de Esquerda, tendência interna do Partido dos Trabalhadores. Circulação interna ao PT. Matérias assinadas não refletem, necessariamente, a posição da tendência.

**Direção Nacional da AE:** Adriano Oliveira/RS, Adriele Manjabosco/RS, Adriana Miranda/DF, Ananda Carvalho/RS, André Vieira/PR, Bárbara Hora/ES, Bruno Elias/DF, Damarci Olivi/MS, Daniela Matos/DF, Eduardo Loureiro/GO, Eleandra Raquel Koch/RS, Eliane Bandeira/RN, Elisa Guaraná/DF, Emílio Font/ES, Fernando Feijão/PI, Giovane Zuanazzi/RS, Gleice Barbosa/MS, Iole Ilíada/SP, Izabel Cristina da Costa/RJ, Ivonete Almeida/SE, Jandyra Uehara Alves/SP, Joel de Almeida/SE, José Gilderlei/RN, Karen Lose/RS, Leirson Silva/PA, Lício Lobo/SP, Múcio Magalhães/PE, Olavo Brandão/RJ, Patrick Araújo/PE, Rafael Tomyama/CE, Rodrigo Cesar/SP, Rosana Ramos/DF, Sílvia Vasques/RS, Sônia Fardin/SP, Valteci de Castro/MS, Valter Pomar/SP. **Comissão de ética nacional:** Ana Affonso/RS, Iriny Lopes/ES, Jonatas Moreth/DF, Júlio Quadros/RS

**Edição:** Valter Pomar e Adriana Miranda **Diagramação:** Cláudio Gonzalez (Mtb 28961) **Secretaria Gráfica e Assinaturas:** Edma Walker [edmawalker@gmail.com](mailto:edmawalker@gmail.com)

**Endereço para correspondência:** R. Silveira Martins, 147 conj. 11 - Centro - São Paulo - SP - CEP 01019-000 **Acesse:** [www.pagina13.org.br](http://www.pagina13.org.br)



# Há muito mais em jogo que Lula 2018

*A ofensiva que assistimos hoje contra Lula vai muito além de uma eventual candidatura presidencial. Desagregar o PT e destruir as pontes do governo com os movimentos sociais podem ser consequências imediatas, se a resistência não for feita de forma vigorosa e articulada*

*Celso Marcondes\**

Às vezes a história exagera na ironia. No final de 2013 e no princípio de 2014 a maioria dos petistas e das lideranças dos movimentos sociais queria Lula candidato à presidência da República. Alguns empresários também engrossavam esse coro. Se sua candidatura tivesse sido definida, neste último final de semana ele e Dona Marisa teriam promovido um churrasco com os amigos depois de pescar uma feira de tilápias no lagunho da Granja do Torto. Porém, passado um ano, a realidade é bem outra e o ex-presidente sofre um massacre político sem limites, nem precedentes.

Anos atrás, as acusações morais contra Lula sempre se desmontavam como farsas: a suposta casa que teria no Morumbi nos anos 80, o aparelho de som “três em um” inventado por Collor no debate de 89, o artigo do correspondente do New York Times em 2004 a dizer que “a bebida afetava seu raciocínio” e, nestes tempos de internet, a hilária sociedade de um dos seus filhos na Friboi.

Ou seja, Lula já tem a casca grossa. Calejado, viveu diversas ondas de intrigas. Mas, agora, o objetivo é sair da farsa para a tragédia. As acusações a envolver o apartamento no Guarujá e o sítio de Atibaia que tomam conta do noticiário nas últimas semanas, são apenas duas das frentes abertas contra ele nos últimos meses. Antes, vieram as acusações das operações Zelotes e Lava Jato, as devassas nas contas do Instituto Lula e de sua empresa de palestras, os ataques a dois de seus filhos.



Em todos os casos, a imprensa exige explicações pontuais e imediatas que se sucedem em velocidade alucinante. “Tem que explicar isso”, “está mal explicado aquilo”, “não está boa tal resposta”. As investigações ou inquéritos nem estão concluídos ou às vezes nem abertos, mas as justificativas têm que ser dadas no momento e no ritmo que o Jornal Nacional determina.

O consórcio formado pela grande mídia, pela maioria da Polícia Federal, por diversos procuradores do Ministério Público e o juiz Sergio Moro impôs uma receita que contraria preceitos básicos do chamado Es-

tado de Direito, pois é baseado na coação, na seletividade dos acusados e no desrespeito ao sigilo nas investigações.

Sob o manto correto e necessário do combate à corrupção, assim como ocorreu com o ministro Joaquim Barbosa, Moro é incensado como herói e redentor da moralidade no país e tornou “normal” uma sequência de procedimentos nunca vista na nossa jurisprudência.

Deflagrada há dois anos e sem prazo para terminar, as ações da Operação Lava Jato principiam com a prisão dos suspeitos e se utilizam da coação para que eles adi-

ram ao instrumento da delação premiada. Todas as ações ganham um nome dado por um profissional de marketing. A “Triplo x” foi a mais reveladora. Após os acusados serem ouvidos, extratos de seus depoimentos são imediatamente vazados para um seletíssimo grupo de jornalistas e ganham as manchetes. Segue-se a repetição uníssona e à exaustão em todos os grandes veículos de comunicação. Esses já não disputam “furos” como antigamente, os três principais jornais do país, não raro, chegam a exibir manchetes idênticas.

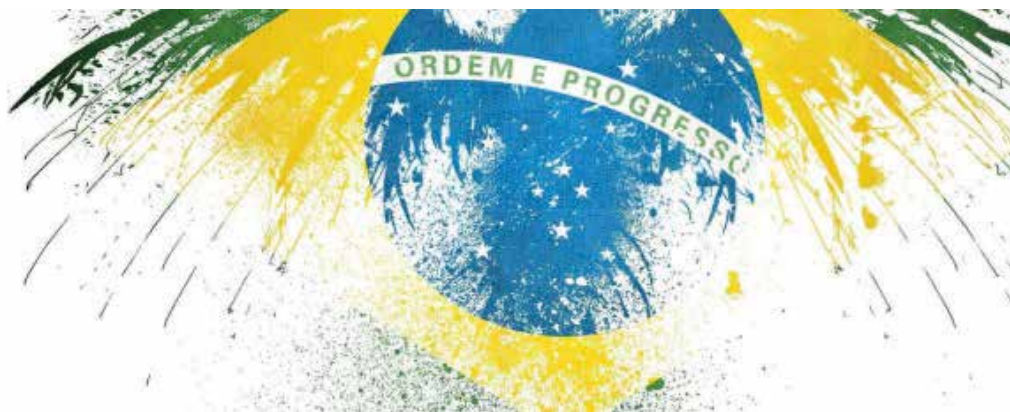
Escândalo armado, quando ele esgota sua capacidade de repercussão, outro o sucede e quem entra num das celas de Curitiba, logo é convidado a dizer o que sabe sobre Lula.

Aos partidos de oposição, secundados por grupelhos provocadores de extrema-direita que fazem o trabalho sujo nas redes sociais e nas ruas, só fica a missão de repicar as denúncias. O povo, satisfeito quando assiste a ricos e poderosos irem para a cadeia, nem sente falta de PSDB, DEM ou PPS e aumenta cada vez mais sua ojeriza à política.

Destruir Lula moralmente é o objetivo. Lançada pela Polícia Federal há um ano, a Operação Zelotes é um dos maiores exemplos da seletividade das investigações. Foi criada para apurar um enorme escândalo de desvio do dinheiro das multas na Receita Federal. Tem como suspeitas algumas das maiores empresas brasileiras, citadas em 74 processos e com um valor total estimado de 19 bilhões de reais. Porém, a única ação que ganhou destaque até aqui é aquela que trata de um contrato de 2,5 milhões de reais com a empresa de Luiz Cláudio Lula da Silva. Sobre os demais R\$ 18.997.500.000,00 nenhuma uma palavra é escrita.

Em 2015, o alvo era Dilma. A campanha pelo impeachment foi uma retomada da mesma ofensiva verificada nas eleições de 2014. Naquela ocasião, não lograram impedir a vitória petista, mas ela se definiu num cenário bem distinto daquele do final de 2010 quando Lula passava a faixa presidencial do alto dos seus 83% de popularidade.

Em oito anos na presidência, Lula havia firmado um pacto social informal no país. Empresários de todos os setores, nacionais e estrangeiros, reconheceram no metalúrgico um governante capaz de impulsionar um inexplorado mercado interno e de apoiar a conquista de novos mercados internacionais. Petrobras, Embraer, Eletrobrás, Vale, as grandes construtoras e os frigoríficos brasileiros se fortaleceram e passaram a investir



em outros países. Lula correu o mundo fazendo a promoção das empresas nacionais, o Brasil mudou substancialmente sua relação com a África e a América Latina, sobretudo ao exportar suas políticas públicas de combate à fome e à miséria.

Grandes conglomerados, médias e pequenas empresas foram beneficiados por um grande plano de obras públicas, a indústria automobilística vendeu como nunca e os bancos lucraram como sempre.

Em troca, os mais ricos tiveram que engolir o incremento de gastos públicos com programas sociais de inclusão e tapar nariz e ouvidos para muitas iniciativas progressistas em diversos terrenos.

Depois de 12 anos, quarenta milhões de brasileiros ascenderam de classe social, os negros e pobres começaram a ingressar à universidade, a empregada doméstica foi reconhecida como gente e os aeroportos deixaram de ser frequentados apenas por ricos.

Mas este pacto social informal firmado por Lula só poderia sobreviver enquanto garantidas duas pré-condições básicas: a manutenção do desenvolvimento econômico e um hábil negociador, disposto a dialogar diuturnamente com todos os setores sociais.

Quando o negociador deixou claro que não voltaria em 2015 e a crise econômica internacional não deu qualquer sinal de arrefecimento, já não havia como sustentar o acordo de outrora. Com as vacas magras, a tradição das forças conservadoras manda e o FMI sustenta que é imprescindível clamar por austeridade e garantir no poder alguém 100% confiável. A socialdemocracia europeia conhece bem essa história.

A campanha de Dilma em 2014, ao manter a coligação de 2010 já num cenário distinto, explicitou uma enorme contradição. Enquanto tentava manter o mesmo acordo para garantir a governabilidade futura, todos os grandes veículos de comunicação, todos os banqueiros, a FIESP e os maiores grupos empresariais fizeram

campanha aberta por Aécio Neves no segundo turno. Raros foram os estados onde o PMDB deu qualquer suporte à campanha presidencial de Dilma.

Haviam decidido que aquele seria o momento de romper com o antigo aliado, tornado incômodo. Só não obtiveram sucesso nas urnas porque os movimentos sociais – apesar de críticos ao governo – foram às ruas na reta final da campanha. Se a campanha tivesse mais alguns dias de duração, muito provavelmente o resultado seria outro.

“O mercado”, “as elites”, “o sistema”, ou qualquer outro nome que se queira dar, tinham claro que a hora do bote era aquela, novembro de 2014. Usaram de todos os recursos possíveis, mas não deu.

Tentaram então o “tapetão” e começou a arenga do “terceiro turno”. Quando Dilma, em dezembro de 2014 e princípio de 2015, tomou as primeiras medidas de seu novo governo, deu a senha para o assanhamento do PMDB e abriu caminho para a campanha pelo impeachment e todo o martírio que vimos no ano passado.

Hoje, a maioria das forças de oposição trabalha com a ideia que o melhor para seus interesses políticos e comerciais é deixar o governo sangrar até o final de seu mandato. A conta dos ajustes fiscais vai sendo paga pelo governo do PT, na expectativa que em 2018 o país esteja “saneado” para quem vir a sucedê-lo.

Aumento da inflação, crescimento do desemprego e perda de ritmo na execução dos programas sociais são o bastante para fragilizar as relações do governo com os movimentos sociais, que encontram em Lula o papel de principal mediador.

Para os setores mais conservadores da sociedade não há mais interesse em um pacto social, mas o problema é que apesar de todo o massacre a que é submetido, Lula mantém seus laços com os setores mais pobres da população.





Foto: Roberto Parizotti/CUT

Para que perca esse vínculo, a estratégia é atingi-lo pela moral. A história que tentam construir tem uma lógica clara: aquele que veio de baixo como a maioria dos brasileiros, se corrompeu e “enricou”. Enquanto ele e sua família se locupletam, o desemprego aumenta. Tudo o que foi feito de bom para os mais humildes em 12 anos de governo petista se desmorona, pois foi bancado com o dinheiro da corrupção.

A partir dessa narrativa, o massacre contra Lula não olha apenas para 2018. Numa batalha ou numa guerra, atingir o comandante inimigo sempre foi objetivo estratégico. Sem liderança, a tropa atônita é alvo mais fácil para ser destruído. Na política, vale a mesma lógica e a história mundial está repleta de exemplos. Todas as grandes transformações sociais vitoriosas tiveram líderes e foram representadas por indivíduos que encarnaram esses movimentos, que foram respeitados e admirados por seus seguidores.

Hoje, desmoralizar Lula pode inviabilizar um projeto político que prioriza a inclusão social e o combate às desigualdades. Reduzir a discussão sobre as chances de Lula em 2018 é limitar o alcance da ofensiva que está em curso. O que está sendo dinamitado é o elemento agregador do PT e o principal elo do governo Dilma com os movimentos sociais e com os setores mais pobres da população.

Não por acaso, esse movimento é simultâneo com o avanço de uma pauta con-

*A manifestação do dia 17 diante do Fórum da Barra Funda, em São Paulo (foto acima); o ato dos artistas e intelectuais no Rio de Janeiro, marcado para dia 26/2; as manifestações do dia 31 de março, convocadas pela Frente Brasil Popular; as delegações setoriais que se organizam para visitar o Instituto Lula, são algumas das iniciativas para fazer frente à gravíssima situação que toda a esquerda e todos os democratas enfrentam hoje*

servadora que continua a ganhar espaço no nosso cotidiano. O clima de ódio, a proliferação de casos de racismo, homofobia e intolerância religiosa e a tentativa de se reduzir a maioria penal só não prosperam mais porque encontram a resistência de uma parte da sociedade organizada. Mas em se tratando de um governo petista, a contradição salta aos olhos: luta-se mais para garantir direitos conquistados que para avançar numa pauta progressista e de mais justiça social.

O pior, é que quando se joga muito na defesa, é difícil enxergar o que está à frente. Faltam ofertas para o futuro, esperança e perspectivas. É neste clima que prosperam os gritos de “todo petista é ladrão” ou as palavras de ordem pela “extinção do PT”. A guerra contra Lula toma vulto, destruir o símbolo passa a ser o objetivo. Ficaram para trás as estocadas ou escaramuças esporádicas, agora o ataque é frontal e em espaço aberto, sem pruridos ou disfarces.

Sem ilusões, não há receitas mágicas em momentos de confronto. As ações de re-

sistência só podem vir dos mesmos lugares de sempre. Dos sindicatos, dos movimentos sociais, das entidades da sociedade civil comprometidas com a democracia, dos intelectuais e artistas progressistas, dos juristas, dos partidos de esquerda, da articulação e ação das bancadas parlamentares. A solidariedade com Lula até aqui não veio e não virá dos aliados circunstanciais dos tempos de bonança.

A manifestação deste dia 17 diante do Fórum da Barra Funda, em São Paulo, o ato dos artistas e intelectuais no Rio de Janeiro, marcado para dia 26, as manifestações do dia 31 de março convocadas pela Frente Brasil Popular, as delegações setoriais que se organizam para visitar o Instituto Lula, são algumas das iniciativas para fazer frente à gravíssima situação que toda a esquerda, todos os democratas enfrentam hoje.

Lula desmoralizado, preso ou retraído em 2016 tem um significado muito maior que qualquer eventual candidatura futura.★

\* Celso Marcondes é militante do PT

# Sob fogo cruzado

Jandyra Uehara\*

**E**m 2015, conseguimos unidade de ação e mobilização e vencemos uma importante batalha, detendo, ainda que por curto espaço de tempo, a encarniçada ofensiva das elites contra os direitos sociais e as conquistas econômicas, os negros, as mulheres, a juventude, os movimentos sociais, o mandato da presidenta Dilma, e contra Lula, a maior liderança popular do país.

A clara percepção do que está em jogo propiciou a construção da unidade da maior parte do espectro extremamente diversificado do campo da esquerda e democrático e popular no Brasil, mostrando-nos capazes de segurar a avalanche de ataques patrocinados pelo grande capital, pela mídia, pelos setores médios reacionários e pelos intocáveis instalados no sistema judiciário e policial.

Fizemos isto num ambiente de agravamento da crise econômica, em que as respostas do governo têm sido quase que exclusivamente de submissão aos interesses do grande capital e do capital financeiro, com conseqüências nefastas para a classe trabalhadora: desemprego crescente, com o desaparecimento de quase um milhão de postos de trabalho em 2014; rendimentos em queda; menos de 70% das negociações com ganhos de até 1%, marcando o pior resultado da série histórica pesquisada pelo Dieese desde 2004; ajuste fiscal ao sabor dos desígnios dos rentistas e do mercado financeiro, que contrapõe investimentos estatais da ordem de 146 bilhões a despesas com pagamentos de juros próximos a 500 bilhões.

Frustrou-se novamente quem esperava que a mobilização do final de 2015 marcasse uma reconciliação do Governo Dilma com a base social que lhe deu sustentação nas eleições de 2010 e 2014. Ainda em dezembro, a presidenta recebeu os movimentos sociais, a Frente Brasil Popular, porém não sinalizou qualquer mudança na política econômica que viesse ao encontro da pauta da classe trabalhadora.

Pelo contrário, o Governo anuncia uma nova Reforma da Previdência, prioridade máxima do capital financeiro para o próximo período, pois no médio e longo prazo significa a transferência de bilhões da classe trabalhadora para o sistema financeiro e a redução de direitos das mulheres, dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, dos jovens que iniciam em condições não muito diferentes daqueles que hoje estão encerrando a sua jornada no mundo do trabalho.

Ao que tudo indica, a pauta do Congresso Nacional em 2016 estará prioritariamente concentrada nas privatizações e no ataque direto e explícito aos direitos e conquistas da classe trabalhadora, inclusive e principalmente àqueles inscritos na Constituição de 1988. Exemplos disto é a célere tramitação do PL 555, principal projeto da Agenda Brasil do PMDB, que se aprovado possibilitará a privatização de todas as empresas públicas do país, no âmbito da União, dos Estados e dos Municípios. Também o PLC 30 da terceirização deve voltar à cena, bem como propostas que visam a prevalência do acordado sobre o legislado.

É o caso do PLS 131/15 do tucano José Serra, que estabelece uma participação mínima da Petrobrás na exploração do pré-sal. Em 2015 a FUP-CUT conseguiu retirar este PLS do regime de urgência. Mas este ano o assunto deve ir a Plenário, num cenário de destruição da Petrobrás ancorada na Operação Lava Jato e na drástica redução do plano de investimentos da empresa, que abre espaços cada vez maiores para a entrega do maior patrimônio nacional.

O governo caminha a passos largos para a rendição total ao programa derrotado nas urnas. E isto terá conseqüências imensuráveis para o retrocesso em todas as esferas da vida política e social, pois é neste tipo de ambiente que prosperam as visões de mundo reacionárias e ultraconservadoras, o ataque aos direitos humanos, às mulheres, às minorias e a redução dos direitos políticos e sociais da classe trabalhadora. A rendição ao programa neoliberal, a trágica capitulação acabará por inviabilizar a defesa da democracia.



Importante destacar a unidade política que tem sido construída na CUT, apostando todos os esforços para a mobilização social em defesa da democracia e por mudanças profundas na política econômica, colaborando decisivamente para estruturar as ações da Frente Brasil Popular em unidade com outras iniciativas, a exemplo da Frente Povo Sem Medo.

É nesta direção, da intensificação da mobilização social, da luta sem tréguas nas ruas, na disputa pela retomada do projeto popular eleito em 2014, que dia 31 de março a Frente Brasil Popular e a Povo sem Medo promoverão manifestações em todas as capitais e uma grande Marcha à Brasília, com os seguintes eixos: Contra a Reforma da Previdência; Não ao Ajuste Fiscal e cortes nos gastos sociais; Em defesa do Emprego e dos Direitos dos Trabalhadores; Fora Cunha; Contra o impeachment.

A única chance de não sucumbir, sair da defensiva e virar o jogo a favor da classe trabalhadora é colocar todas as fichas na unidade de ação e na mobilização social. ★

\* Jandyra Uehara integra a executiva nacional da CUT e também a direção nacional do PT



# Ordinária sessão

Olavo Carneiro\*

Em 4 de fevereiro último, às vésperas do carnaval, ocorreu sessão ordinária da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal (CRA), sob a presidência da senadora Ana Amélia, que também é vice-presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (nome formal da bancada ruralista no Congresso Nacional). Participaram da sessão ordinária os senadores Ronaldo Caiado (DEM/GO), Flexa Ribeiro (PSDB/PA) e Lasier Martins (PDT/RS).

Em sua primeira parte a sessão da CRA realizou um debate com o professor Zander Navarro sobre seu livro *Novo Mundo Rural: a reforma agrária e as lutas sociais pela terra*, publicado em 2014.

Interessante registrar que na última década Zander Navarro deixou de ser apoiador da reforma agrária e colaborador do MST, se convertendo em intelectual orgânico do agronegócio brasileiro e ideólogo contra a reforma agrária e movimentos sociais. Hoje é “pesquisador em sociologia” da Secretaria de Inteligência e Macroestratégia da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). O palestrante não deixou desejar àqueles que lhe convidaram e lá participavam, dando verniz acadêmico ao tradicional argumento patronal de que a reforma agrária não faz mais sentido no Brasil, desqualificando a agroecologia, criticando a existência do MDA – no que a senadora Ana Amélia prontamente lembrou que Mangabeira Unger defendeu o mesmo ponto de vista.

Para Navarro, “a agricultura brasileira, com a pujança que tem hoje, produz em 83,8 milhões de hectares. Essa é a agricultura brasileira, que não tem nada a ver com reforma agrária, que fez essa caminhada, que, hoje, exporta para o mundo, com alta tecnologia etc. São 83,8 milhões de hectares! Os assentamentos, no Brasil, ocupam 88 milhões de hectares, e ninguém sabe qual é a produção dos assentamentos rurais – ninguém!”.



A sessão ordinária aprovou inúmeros requerimentos, mas alguns merecem cuidadosa atenção. Aprovou um requerimento de pedido de informações sobre a produção agropecuária dos assentamentos rurais, que tem como pressuposto uma improdutividade nessas áreas que não é retratada pelos Censos Agropecuários. O objetivo final é demonstrar a ineficiência produtiva do modelo de reforma agrária e demonstrar que o índice de produtividade dos assentamentos é muito pior que os da agricultura empresarial exportadora. Outro requerimento pede uma lista com nome e CPF das pessoas que foram assentadas no País, tendo como motivação demonstrar evasão, ociosidade e comercialização de lotes. Um terceiro requerimento aprovado é o que pede que o TCU realize uma auditoria sobre o programa de reforma agrária.

A audiência e os requerimentos permitem vislumbrarmos a linha da **ofensiva ruralista para 2016 no Senado Federal**, ou pelo menos para o primeiro semestre, que passará em boa medida por desmoralizar os assentamentos rurais como espaço improdutivo e de maracutaías, e questionar a existência do MDA. Essas iniciativas se somarão à ofensiva sobre a regulamentação do trabalho escravo (sic!!!) e ao enfrentamento a qualquer proposta de tributação das exportações que afete o setor.

Contrariando os que acreditam na conciliação de modelos de desenvolvimento rural, na esteira da conciliação de classes que tornaria possível atender todos os interesses existentes na sociedade, as elites agrárias

*As elites agrárias brasileiras resolveram ampliar suas conquistas no plano ideológico, institucional e econômico, aproveitando o enfraquecimento da esquerda devido à situação e opções macroeconômicas e políticas do governo federal*

brasileiras resolveram ampliar suas conquistas no plano ideológico, institucional e econômico, aproveitando o enfraquecimento da esquerda devido à situação e opções macroeconômicas e políticas do governo federal.

Em que pese políticas como PRONAF, PNATER, PAA, PNAE, PNAPO, as elites agrárias tiveram mais avanços que derrotas. Aprovaram um novo Código Florestal que lhes é favorável, constroem e ameaçam iniciativas de combate ao trabalho escravo com a regulamentação da PEC via PLS 432/2013 que limita as ações vigentes, conquistaram a maioria do governo para a tese de que órgãos e leis ambientais travam o “desenvolvimento”. E vimos nos últimos anos simplesmente uma completa paralisação dos processos de assentamento rural no País.

Se movimentos, intelectuais, MDA e parlamentares não organizarem a resistência e uma retomada de iniciativas, mesmo nesta conjuntura de fragilidade e capitulação do governo e de ofensiva da direita, veremos mais retrocesso nas pautas agrárias e agrícolas e novas derrotas ideológicas e culturais. Aliás, parece que vem aí uma novela da Rede Globo com a temática rural. É bom também ter em mente que o presidente do Senado se apresentou para ser o grande organizador da agenda neoliberal esse ano, com Renan Calheiros anunciando na abertura dos trabalhos legislativos como pautas prioritárias: autonomia do BC; terceirização; alteração no Regime do Pré-sal; Lei das Estatais.★

\* **Olavo Carneiro** é militante do PT-RJ e dirigente nacional da AE

# O que nos cabe sepultar

Marcio Pochmann\*

Da metade do século 19 à primeira grande Guerra Mundial no século passado, o avanço da primeira onda de globalização capitalista liderado pelo Reino Unido foi acompanhado por profundas transformações que permitiram ao Brasil melhorar a sua posição relativa na antiga Divisão Internacional do Trabalho (DIT). O mesmo, contudo, não se verifica no País desde a década de 1980 com a emergência da segunda onda de globalização capitalista.

A partir desta constatação, o presente artigo pretende contribuir com elementos que ajudem a entender os principais e atuais desafios expostos ao desenvolvimento brasileiro. Inicialmente cabe destacar que o conjunto de modificações pelo qual o País passou na virada para o século 20 foi impulsionado por maiorias políticas que reconfiguraram a *status quo* vigente na época.

As décadas de 1880 e 1930 são fundamentais para perceber o esforço consagrado das novas elites dirigentes sobre os rumos do País. No último quartel do século 19, por exemplo, a realização das reformas política (1881), laboral (1888), na forma de governo (1889) e constitucional (1891) favoreceu a transição da antiga economia mercantil para o capitalismo no Brasil.

Na seqüência, o empenho das novas elites entre as décadas de 1930 e 1970 foi central para viabilizar a transição da arcaica e longeva sociedade agrária para a urbana através do projeto de industrialização nacional. As diversas reformas efetuadas nas esferas da organização do Estado, da democratização política, do direito do trabalho, entre outras, mostraram ser funcionais e eficazes para o deslocamento da posição brasileira de mero exportador de *commodities* para a de 8ª economia industrial mais importante do mundo.

Isso se tornou possível como o pacto desenvolvimentista entre empresários nacionais e estrangeiros, trabalhadores e dirigentes do Estado. Mas quando estava por se consolidar enquanto sociedade urbana e industrial ao final da década de 1970, a fase do capitalismo regulado do segundo após-guerra foi superada pela emergência do neoliberalismo a partir dos países ricos.

Para piorar, o Brasil conviveu com a crise da dívida externa entre 1981 e 1983 e teve no encaminhamento econômico do último governo da ditadura militar (1964 – 1985) o estrangulamento decisivo da velha maioria política desenvolvimentista e a desconexão com o progresso da terceira Revolução Industrial. Neste contexto dos anos de 1980, a propulsão do Consenso de Washington liberou as forças da segunda onda de globalização, sendo acompanhada pela inflexão de baixa na posição relativa do Brasil na nova Divisão Internacional do Trabalho com a decadência da industrialização nacional.

Como em política não há vácuo, o espaço que passou a ser ocupado por acordos pontuais e não duradouros no ciclo político da Nova República iniciado em 1985 com o governo Sarney da Aliança Democrática sepultou o programa Esperança e Mudança do PMDB de constituição de nova elite reformadora do capitalismo brasileiro. Na era dos Fernandos (Collor de Mello e Henrique Cardoso), durante os anos de 1990, o que restava da burguesia industrial com capacidade de subordinar as demais frações dos capitais ao desenvolvimento nacional foi detonado para entregar de assalto à dominação financeira.

Na mesma medida, o aprofundamento sem estratégia da privatização e da internacionalização do parque produtivo nacional comprometeu uma possível integração ativa às cadeias globais de valor. Num passe de mágica, o Brasil ficou despreparado e sem grandes corporações transnacionais para competir na terra dos 500 gigantes que passaram a controlar o capitalismo global.

Complementarmente, o tripé da política macroeconômica instaurado após a crise do Plano Real em 1999 levou à exaustão os mecanismos de soberania nacional. De um lado, atrelou o controle da inflação à valorização cambial, o que a acelerou o processo de conversão dos capitalistas produtores em meros comerciantes importadores.

Mas para manter artificialmente valorizado o real como moeda nacional, as taxas internas de juros tornaram-se as mais altas do mundo. Com isso atraiu capital especu-

lativo para fechar continuamente a conta das transferências para o exterior derivadas do irresponsável estímulo a importar, ao desviar turismo externo e aos demais e vergonhosos serviços financeiros.

De outro lado, o tripé macroeconômico aprisionou as finanças do Estado para forçar o sangrento superávit fiscal para pagar a conta do endividamento público gerado por elevadas e criminosas taxas de juros. Para isso, o ajuste fiscal permanente, por meio do corte de recursos como o investimento público, quando não a própria despesa social na forma de contingenciamentos e desvinculação de receitas da União (dru).

Mesmo na maior crise capitalista de dimensão global iniciada em 2008, o Brasil continuou a ser o campeão mundial das taxas de juros reais, enquanto a maioria dos países praticou juros próximos de zero, bem abaixo da inflação. Nada mais reflexo do continuísmo do tripé da política macroeconômica que levou a indústria a decair para somente 9% do Produto Interno Bruto nacional.

A reinvenção de uma nova maioria política nesta segunda metade da segunda década do século 21 torna-se fundamental pressupõe o suporte de um novo programa econômico alternativo ao tripé da austeridade da política macroeconômica implantado em 1999. Sem isso, a tendência à estagnação secular capitalista tem horizonte livre para crescer no Brasil, o que não seria um fato histórico inédito.

Conforme ensina Sérgio Buarque de Holanda, a história do progresso econômico no País tem seguido a forma de um rosário de milagres. Ou seja, a sucessão de ciclos de auge econômicos, que começou com o projeto de exploração colonial do pau-brasil, seguido do açúcar, do ouro e do café.

Nesta perspectiva, a industrialização nacional durante as décadas de 1930 e 1970 talvez pudesse ser também compreendida enquanto resposta possível ao fim da primeira onda de globalização capitalista. Já o movimento de desindustrialização presenciado desde a virada para o século 21 seria produto do contexto da segunda onda de globalização capitalista e, por isso mesmo, um fim de mais um ciclo econômico.





Por outro lado, cabe lembrar que Celso Furtado mostrou que entre um e outro ciclo econômico no Brasil houve uma longa fase de decadência nacional, como entre o fim do ciclo do ouro, no século 18, e a ascensão do ciclo do café no século 19. Se tomar como referência o período de 35 anos entre 1945 e 1980, o capitalismo industrial brasileiro cresceu a taxa média anual de quase 7% ao ano, enquanto nos 35 anos posteriores (1981 e 2016), o desempenho da economia brasileira rastejou nos 2% ao ano, em média.

Se mudar ainda o parâmetro para renda por habitante, constata-se que no primeiro período de tempo (1945 – 1980), o crescimento foi de quase 3,5% ao ano, em média,

ao passo que no segundo (1981 – 2016) decaiu para 0,7% anualmente. Isto é sinal inegável de praticamente estagnação da renda *per capita* dos brasileiros.

O Brasil não deveria continuar a esperar de um milagre, como se estivesse fazendo a sua parte na reza de um rosário. Pode ajudar a acomodar o primitivo das elites atuais, mas não vai levar a lugar algum, que não seja o que já se assiste nos últimos 35 anos.

O ciclo político da Nova República morreu, só falta sepultá-lo. O tripé da política macroeconômica segue tornando o País raquítico de crescimento, sem que o caso de anorexia que domina a economia nacional seja tratado.

As forças do atraso crescem defendendo o retorno ao século 19. Desejam desfazer os complexos sociais basilares da Constituição Federal de 1988 e acabar em definitivo com a Era Vargas por meio das reformas trabalhista e previdenciária.

A demanda de políticas à esquerda segue em alta no Brasil, embora a oferta seja quase inexistente. A nova classe trabalhadora de serviços e o subproletariado até a pouco emergente seguem intocáveis pelas forças de esquerda que parecem dirigir apenas olhando pelo retrovisor.

A nova e urgente inflexão brasileira dependerá do que a esquerda deseja fazer. Construir uma nova maioria significa escolher e empoderar inéditos atores políticos, para além dos existentes e concomitante com projeto de País que passe ao largo da continuidade do atual tripé da política macroeconômica de austeridade. Para isso, o Brasil amplia horizontes e, tal como nas décadas de 1980 e 1930, consagraria a possibilidade de fundar nova maioria política e programa econômico e social alternativo frente à toada da segunda globalização capitalista.★

\* **Márcio Pochmann** é presidente da Fundação Perseu Abramo

ASSINE O JORNAL  
**Página 13**

### CUPOM DE ASSINATURA

Não deixar de preencher nenhum dos campos

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_

Telefone: ( ) \_\_\_\_\_ Celular: ( ) \_\_\_\_\_

E-Mail: \_\_\_\_\_

Profissão: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_ ou

CNPJ: \_\_\_\_\_

Participa de alguma entidade, movimento ou organização? ( ) sim ( ) não

Se sim, qual: \_\_\_\_\_

Área de interesse, militância ou atuação: \_\_\_\_\_

Município e estado de militância: \_\_\_\_\_



#### ESCOLHA A OPÇÃO DE ASSINATURA

ASSINATURA ANUAL ( 12 edições)  
( ) R\$ 100,00

ASSINATURA BIANUAL ( 24 edições)

( ) R\$ 200,00  
( ) Declaro que ao efetuar o pagamento da assinatura estou ciente e concordo com os Termos de Assinatura constantes do contrato de assinatura disponíveis no site [www.pagina13.org.br](http://www.pagina13.org.br)

ENVIAR o cupom junto com o comprovante de depósito para: Associação de Estudos Página 13 a/c de Edma Walker Rua Silveira Martins, 147, cj. 11, Centro - São Paulo-SP, CEP 01019-000 ou para o e-mail [assinaturas@pagina13.org.br](mailto:assinaturas@pagina13.org.br)

PAGAMENTO através de depósito na conta do Banco do Brasil Agência: 3321-9 Conta-corrente: 34.297-1 Em nome de: Rubens Alves da Silva

# O PT e as cidades

*Licio Lobo\**

Já houve tempo em que fez história o chamado “modo petista de governar”.

Perdido nas brumas do tempo, é hoje procurado nos desvãos em que se perdeu o elã militante que orientava as primeiras experiências de governo do petismo.

Quem encontrar, favor avisar, pois de certo será importante o resgate nestes tempos bicudos (com o perdão pelo trocadilho alusivo à triste figura) em que o PT vive sua maior crise.

As primeiras experiências de governos municipais petistas datam do início a meados da década de 80 (Diadema-SP, Santa Quitéria-MA, Fortaleza-CE e Vila Velha-ES).

Anos de aprendizado da jovem classe trabalhadora brasileira até então excluída de acesso à mínima parcela de poder. Anos de experiências conturbadas, porém repletas de ensinamentos que, para o bem e para o mal, lançaram as bases para o momento seguinte.

Foram as eleições de 1988 que trouxeram uma mudança qualitativa na relação do petismo com o chamado “poder local”. Passaram de 4 para 36 cidades governadas pelo Partido, dentre elas São Paulo, Porto Alegre e Vitória.

Se vai delineando aí o chamado “**modo petista de governar**”, baseado em ideias-força como participação popular, inversão

de prioridades, transparência e políticas sociais de amplo alcance, principalmente nas áreas de saúde e educação.

Não por acaso este momento corresponde ao ponto alto da estratégia desenvolvida pelo Partido na década de 80, que articulava ação institucional, uma forte atuação no movimento de massas, organização partidária e uma presença no debate cultural e ideológico da sociedade.

As lembranças dos governos de Luiza Erundina em São Paulo e Olívio Dutra em Porto Alegre ainda remanescem na memória destas cidades como momentos marcantes da nossa trajetória que é importante revisitar, não por saudosismo, mas pelas lições efetivas que ainda hoje podem muito nos ensinar.

O fato é que nos governos petistas eleitos nos anos 90 começa uma paulatina e constante revisão dos conceitos que conformavam até então o “modo petistas de governar”.

Exemplo importante, na política de transportes públicos abandona-se a diretriz da estatização presente com empresas públicas em várias cidades a favor da operação por setores empresariais, ainda que sejam reafirmadas as tarefas de “regulação” dos serviços pelo setor público. O mesmo se observa nos setores da coleta de lixo, limpeza pública e saneamento básico.

Ganham corpo também as chamadas “políticas sociais compensatórias” teorizadas pelo então governador Cristovam Buarque em Brasília e as iniciativas como Banco do Povo, incubadoras de micro e pequenas empresas e apoio às agroindústrias, numa tentativa de vincular o poder local aos setores médios compostos pela classe dos pequenos proprietários.

Já sob o signo da crise do neoliberalismo no Brasil, com o desgaste do governo FHC, as eleições do ano 2000 marcarão uma profunda expansão do PT nos governos municipais, com a eleição de 187 prefeitos e prefeituras, dentre eles Marta Suplicy em São Paulo, Tarso Genro em Porto Alegre, João Paulo em Recife e Marcelo Deda em Aracaju.

Paradoxalmente, as eleições de 2000 marcarão o apogeu e a crise do modo petista de governar.

Ao ser apresentado e reconhecido nacionalmente como uma “marca petista”, atingiu o seu apogeu. Mas a crise estava já inscrita no próprio processo de “esgotamento” reconhecida por importantes setores, como se depreende das críticas então feitas por Tarso Genro aos limites do orçamento participativo.

Era já evidente também que o “modo petista de governar” não poderia ficar inofensivo aos “efeitos colaterais” da mudança





estratégica que vinha sendo observada no Partido ao longo da década de 90.

O rebaixamento programático geral e a adaptação ao “modo burguês” de fazer política passou a influenciar importantes setores do Partido, sendo o financiamento empresarial das campanhas eleitorais a ponta de lança deste *modus operandi*.

Nos anos subsequentes, com a eleição de Lula presidente em 2002, as tarefas mudam de escala, o PT segue ganhando eleições municipais e governando cidades importantes, mas agora tendo como responsabilidade maior o exercício do governo federal.

Os desafios passam a ser de outra natureza. Em 2003, com a criação do Ministério das Cidades e principalmente a partir de 2006, com o PAC incidindo de forma vigorosa nas políticas de habitação popular e saneamento, o governo federal passa a atuar de forma estruturada na gestão de recursos de vulto capazes de influenciar na conformação do espaço urbano das cidades brasileiras.

Este processo intensificou-se em 2009 com o Minha Casa Minha Vida, porém com aspectos perversos, pois um *“boom imobiliário especulativo desregulado causou o aumento do preço da moradia e dos aluguéis, determinando um novo ciclo no processo de segregação”*, conforme justa avaliação constante do documento “Mudar para Sair da Crise, Alternativas para o Brasil Voltar a Crescer”, lançado no final do ano passado pela Fundação Perseu Abramo, em conjunto com um grupo de entidades (Brasil Debate, Centro Internacional Celso Furtado, Plataforma Política Social, Le Monde Diplomatique Brasil, e Rede Desenvolvementista).

Tanto nos processos do PAC como no

caso do MCMV, cresceu enormemente o papel das grandes empresas de construção civil **nas decisões de investimentos e nas obras estruturantes** nas grandes cidades, como as obras de estádios e de mobilidade urbana para a Copa do Mundo em 2014 e para as Olimpíadas no Rio de Janeiro em 2016.

Visto do ponto de vista estratégico, é forçoso constatar que este estado de coisas é obstáculo a uma política urbana de qualidade superior, articulada com os objetivos de uma verdadeira Reforma Urbana.

É preciso romper com os cartéis constituídos pelas grandes empresas de construção civil, democratizando o setor e ousando criar empresas estatais de porte e escala suficiente que possam “competir no mercado” para fazer face aos desafios de construir a infraestrutura das nossas cidades.

Mais que nunca, isto se faz necessário para ancorar uma vigorosa onda de investimento público, necessária para romper a onda recessiva que se abateu sobre o país com a política econômica implementada em 2015. Para tanto é necessário também desatar o “nó da terra”, desconcentrando a propriedade fundiária urbana, o que não se fará sob o comando das grandes empreiteiras que constituíram enormes estoques de terra nas metrópoles.

Da mesma forma não se fará Reforma Urbana digna deste nome preservando os interesses da grande indústria automobilística (como se viu várias vezes nos últimos anos com as políticas de desoneração fiscal via isenção de IPI).

Radicalizar na opção pelo transporte público de massas sobre trilhos e na prioridade para os corredores e faixas de ônibus frente ao automóvel individual é uma estra-

tégica que deve ser articulada com a política de uso e ocupação do solo.

O governo federal deve priorizar e investir pesadamente naquelas cidades que apresentem uma política urbana coordenada neste sentido, que demonstre efetiva capacidade de combater a especulação imobiliária com políticas eficazes.

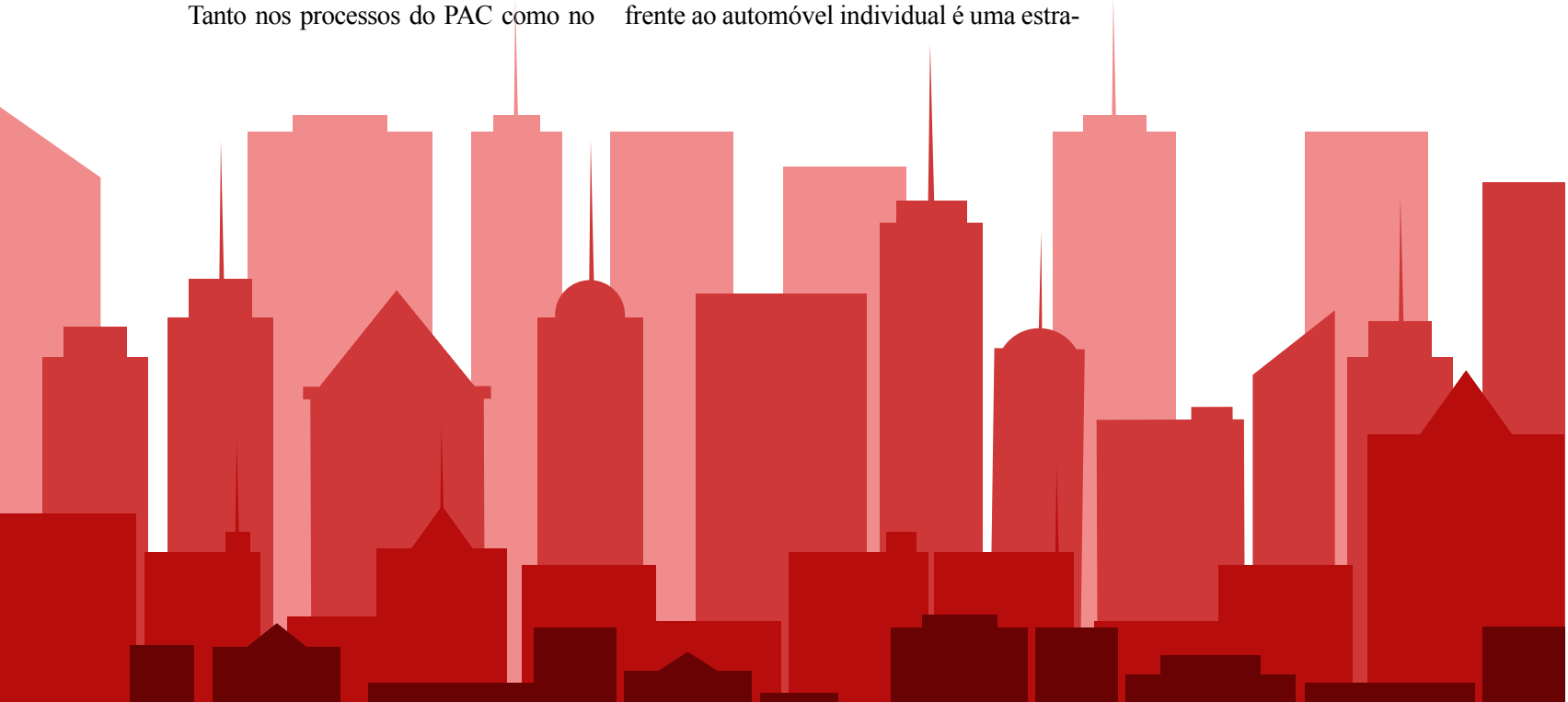
Como as manifestações de junho de 2013 deixaram claro, é nas cidades que se travam as grandes batalhas políticas que definirão o futuro da nossa sociedade.

A juventude e os trabalhadores que foram às ruas nas chamadas “jornadas de julho” expressaram a justa aspiração por cidades melhores, por uma vida melhor, livre da alienação e da super-exploração presente nas metrópoles do capitalismo periférico.

É por isto que não cabem em governos do PT atitudes defensivas, recuadas ou jocosas ao tratar de temas como a tarifa zero no transporte público. Não se trata de utopia infantil ou coisa desimportante como por vezes dão a entender certas declarações de nossos governantes.

Para reatar com o fio de continuidade que o constitui como portador dos sentimentos de lealdade e pertencimento de amplos setores das classes trabalhadoras e da juventude brasileira o PT precisa voltar a pensar nossas cidades com radicalidade e utopia, como práticas concretas que se constroem com teoria afiada e nas lutas sociais que se desenrolam já diante dos nossos olhos.★

\* **Lício Lobo** é militante do PT-Diadema, mestre em Planejamento e Gestão do Território pela UFABC



# A pátria capturada

Laura Helena Paz\*

No ano da aprovação do Plano Nacional de Educação, 2014, também reelegemos a presidenta Dilma Rousseff. A Presidenta iniciou seu mandato com a promessa de aprofundar as mudanças que iniciaram com Lula e transformar o Brasil em uma verdadeira “Pátria Educadora”. O slogan, anunciado no discurso de posse do segundo mandato, indicava a centralização das prioridades governamentais na democratização e na universalização da educação no país.

Mas o primeiro ano de “Pátria Educadora” foi um péssimo ano para a educação brasileira, devido a confluência da onda conservadora, da política de ajuste fiscal e da fragilidade da esquerda e dos movimentos sociais.

A marca de 2015 não foi um investimento maior na educação pública, na luta contra a evasão escolar, na reformulação dos currículos escolares ou no combate as estruturas atrasadas das escolas e universidades do país. Ao contrário, a luta foi para barrar os retrocessos, que vinham tanto dos executivos quanto dos legislativos e judiciários.

Em São Paulo, professores iniciaram o ano protagonizando a maior greve de toda sua história, lutando contra o desmonte da educação pública promovido pelo governo tucano de Geraldo Alckmin, que se negou a atender o básico das propostas apresentadas pelo sindicato. O mesmo ocorreu, em maior ou menor medida, em diversos outros estados (RS, SE, GO, DF, PR...). Cenas de repressão tiveram grande repercussão, em especial as que ocorreram no Paraná, durante a luta contra o governo Beto Richa (PSDB).

Logo após a série de greves e manifestações dos professores, foi a hora de lutar por Planos Municipais e Estaduais de Educação que fossem plurais e democráticos. Sofrendo uma verdadeira intifada dos setores reacionários, que diziam lutar contra “a ideologia de gênero”, diversos projetos excluíram as questões sobre “diversidade étnico-racial, regional, gênero e de orientação sexual”.



No fim do ano letivo, para a surpresa de muitos, foram os estudantes que dirigiram a luta por um ensino de qualidade. As ocupações das mais de 200 escolas no estado de São Paulo, as manifestações quase que diárias venceram a repressão policial e conseguiram uma verdadeira vitória, mesmo que parcial, com a suspensão do projeto de reorganização escolar e a queda do Secretário de Educação.

Para o ano de 2016, é preciso expandir a organização dos estudantes, professores e funcionários das escolas e universidades, integrando as lutas de cada um destes setores. As ocupações em Goiás continuam. Ainda que mais lentamente, segue o fechamento de turmas em São Paulo. Prossegue o ajuste fiscal que prejudica o povo brasileiro e corta verba da educação. Os tubarões da educação privada seguem firmes...

A única solução para isso é a luta! Luta que vai exigir cada vez mais dos partidos de esquerda, em especial do PT (que precisa defender outra política econômica, que acabe com o ajuste fiscal, além de ter posição clara contra os ataques perpetrados contra os estudantes), dos movimentos sociais, dos sindicatos, da UNE e da UBES...! Construiremos uma verdadeira Pátria Educadora, se ancorada na luta do povo... e não na política dos banqueiros e das grandes empresas★

\* **Laura Helena Paz** é diretora da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (2015-2017)

*As ocupações em Goiás continuam. Ainda que mais lentamente, segue o fechamento de turmas em São Paulo. Prossegue o ajuste fiscal que prejudica o povo brasileiro e corta verba da educação. Os tubarões da educação privada seguem firmes...*





# Marco de retrocesso

*João Luís Lemos, Pamela Kenne e Régis Trentin Piovesan\**

A autonomia universitária aparece historicamente como um conceito em disputa. De um lado é pauta histórica dos movimentos sociais, colocando a instituição a comando e serviço público: com autonomia para direcionar a sua produção intelectual às demandas da maioria da população, ao desenvolvimento regional e rumo à soberania científica e tecnológica nacional. De outro lado se coloca a serviço das grandes empresas: com autonomia para produzir de acordo com as demandas do mercado. O que rege o direcionamento dessa disputa é o modo de gestão e financiamento.

Os governos FHC foram marcados pela política de Autonomia Financeira dentro das universidades. Modelo de gestão que inseriu dentro das instituições públicas ampla abertura ao financiamento privado a partir das fundações de apoio. Essas medidas estavam aliadas ao interesse de assegurar o monopólio da produção intelectual e tendo como consequência a política de cortes em gastos públicos com a educação. Cortes que tinham em vista, principalmente, o pagamento dos juros da dívida pública.

Já nos primeiros governos petistas foram realizadas as regulamentações das parcerias público-privadas dentro das universidades, como a lei de incentivo tecnológico. Com as críticas feitas durante todo o processo, pode-se olhar para trás e afirmar: tais regulamentações não cumpriram com o papel de ampliar o poder público na administração da produção intelectual do Brasil e traçar estrategicamente um plano desenvolvimento tecnológico e científico do país. Pelo contrário, a produção tecnológica e científica da universidade brasileira se manteve e se mantém na lógica produtivista, desenvolvendo e melhorando produtos de curto prazo para o mercado, além de anular todo e qualquer potencial criativo e a função social da instituição.

Sobre contexto atual: após um passo à frente rumo à democratização do ensino superior brasileiro a partir das políticas educacionais implementadas, são dados dois passos para trás em relação à função social



da produção intelectual do país. O quarto governo petista, insistindo na tentativa de conciliação de classes e pressionado por uma direita que exige a destinação massiva de recursos públicos para o capital financeiro via dívida pública, vacila ao implementar uma política econômica recessiva que corta gastos em setores públicos – como a educação. Decorrendo disso políticas de ampliação da intervenção privada dentro das universidades a partir do financiamento.

Insistindo no erro: devido à necessidade de incentivos à inovação tecnológica, com o princípio desvirtuado de transformar a universidade em agente de desenvolvimento de produtos instantâneos para a competição do mercado, implementa-se uma política de flexibilização à atuação das empresas privadas dentro das instituições de ensino. Tal política está representada no Marco de Ciência e Tecnologia, de autoria do deputado Bruno Araújo (PSDB-PE), presente nos itens da Agenda Brasil.

O marco legal regulamenta as parcerias público-privadas de longo prazo, tendo em vista como princípio fundamental a desburocratização e maior flexibilidade de atuação à iniciativa privada. As principais ressalvas do marco são: a possibilidade de dispensa de licitação nas contratações de serviços e compra de produtos destinados a atividades de pesquisa; a possibilidade de contratação, por parte do setor privado, de

professores das universidades públicas em regime de dedicação exclusiva; a possibilidade de utilização da estrutura física e das equipes presentes nos institutos de pesquisa por parte das empresas; a possibilidade de que a União financie a produção das empresas, e a possibilidade da entrega da propriedade intelectual sobre o resultado das pesquisas ao setor privado.

Os retrocessos são claros: a contratação dos professores em regime de dedicação exclusiva por parte do setor privado pode ser ilustrada como a captação de profissionais para as grandes empresas dentro do setor público, em que este desenvolverá apenas o conhecimento demandado pelo mercado ao invés do que é de interesse público. Além disso, será crucial na formação dos futuros profissionais que atuarão para as próprias empresas financiadoras.

A concepção de extensão também passa por um desvio: passa a ser vista na perspectiva difusionista e presente na política de “transferência tecnológica”. O modelo da produção extensionista, nesta lógica, trata-se de produzir mercadorias para serem utilizadas (ou vendidas) por grandes empresas.

A entrega da propriedade intelectual sobre o que é produzido na esfera pública às empresas não se trata de algo menos do que de uma “apropriação privada do patrimônio científico público”, como define o Andes em sua crítica ao Marco Legal de Ciência e Tecnologia. Em tese, isso significa colocar a infraestrutura pública e a força intelectual das universidades à disposição de multinacionais e oligopólios em detrimento do desenvolvimento da pesquisa básica de qualidade, de novas empresas e produtos tecnológicos nacionais e da geração de novos conhecimentos.

Trata-se ainda da desvirtuação do termo “inovação tecnológica”, em que este se afasta da perspectiva de desenvolvimento tecnológico nacional, com uma produção a serviço da economia brasileira. Ao contrário, a concepção de inovação tecnológica de que trata as emendas está aliada à relevariação acelerada da produção decorrente das parcerias público-privadas dentro das universidades, e de acordo com as exigências do mercado.

O Marco Legal de Ciência e Tecnologia está à contramão de um projeto de universidade e sociedade que caminha em direção da superação das desigualdades sociais, do desenvolvimento econômico e da soberania científica nacional. Este projeto representa apenas os interesses superficiais do mercado, corresponde apenas às demandas imediatistas de uma lógica produtivista e beneficia apenas o oligopólio empresarial.

Ao contrário do que está posto nas emendas, é necessário uma regulamentação da produção científica que coloque na ordem do dia a necessidade de ampliar o controle estatal da produção tecnológica do país; que incentive o desenvolvimento de empresas e demais setores públicos de tecnologia e que trace um plano estratégico de desenvolvimento científico para o país – isso de modo a colocar o setor privado em submissão aos interesses públicos.

Para além disso, a universidade não pode estar a serviço apenas do desenvolvimento econômico, colocando toda a sua produção intelectual a disposição de produzir novas tecnologias para movimentar o mercado. A universidade deve estar a serviço do povo, dos/as trabalhadores/as e dos movimentos sociais. Deve alinhar-se com um projeto de emancipação da classe trabalhadora, desenvolvendo tecnologias sustentáveis e conhecimentos em benefício da maioria da população. A universidade deve cumprir sua função social e regional, deve ser aberta e enraizada na sociedade, valorizando todo tipo de conhecimento – muito além da normatização científica imposta pelo mercado. A universidade deve formar profissionais críticos e comprometidos com a superação das desigualdades sociais, produzir emancipação a partir do conhecimento e colocar a ciência a serviço de uma sociedade justa e igualitária.★

\* **João Luís Lemos**, diretor de assistência estudantil da União Nacional dos Estudantes

\* **Pamela Kenne**, diretora de extensão da União Nacional dos Estudantes

\* **Régis Trentin Piovesan**, vice-presidente da União Nacional dos Estudantes

## Como explicar a ascensão de Bernie Sanders?



*Rafael Pops\**

O complexo sistema eleitoral estadunidense, desde a ascensão de Obama, vem mostrando surpresas nas velhas estruturas. Importante notar que a subida do atual presidente norte-americano foi em 2007/2008, período inicial da aguda crise do capitalismo. Muito do seu êxito veio de conseguir dialogar com esse sentimento de desesperança e desalento causados pela crise. De lá pra cá, ao contrário do prometido, a situação vem se agravando. As desigualdades sociais se ampliaram, a violência policial contra a população negra foi realidade em várias partes do país, greves e mobilizações mais localizadas também ocorreram em vários setores. Trabalhadores dos restaurantes Fast Food, Walmart tiveram importantes conquistas em aumentos salariais. Chicago, em 2012, teve a maior greve de professores. Contudo, foi Occupy Wall Street, em 2011, que colocou o guizo no centro da crise, os bancos. De 2008 até hoje a concentração de riquezas nesse setor, ao contrário do prometido por Obama, aumentou e não diminuiu. Com apoio popular no início, o Occupy, por suas características e também desconstrução midiática, perdeu o impulso. De toda forma, as coisas andaram se mexendo pelo império.

Outro importante elemento, além dos impactos da crise econômica, é a po-

lítica externa norte-americana. Em declínio, a tática do inimigo externo para manter a coesão social interna está carente de um inimigo claro. Primeiro pelo desgaste vivido pela guerra ao terror, duramente atacada por Obama em 2008. O combate ao terrorismo como sacrifício já não faz mais tanto sentido como anos atrás. Segundo, a nova geopolítica mundial é delicada e coloca limites para o confronto direto com outras potências como fizeram nos anos de guerra fria. Por fim, a concentração de renda chega em níveis altíssimos, comparados somente com período pré crise de 29. O desconforto social é crescente e sem sinais de reversão.

Nesse contexto, a maior potência do planeta chega em 2016, ano eleitoral. Desde a derrota em 2008, Hillary Clinton se prepara e esta em campanha pra assumir a nomeação democrata e chegar a Casa Branca. Parecia que o caminho estava aberto, já que nenhuma grande liderança rivalizava com esse movimento. Do lado republicano, carente de boas lideranças, caminham cada vez mais para o lado conservador, ao mesmo tempo que o vácuo abre espaço para aventureiros como Donald Trump, ricaço polêmico que nunca participou da política.

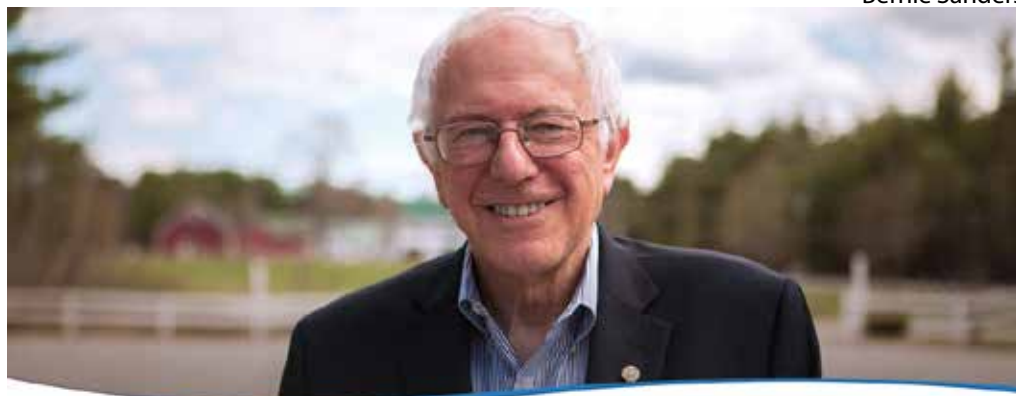
Pois bem, nos EUA, os primeiros sinais das prévias apontam que as condições sociais e econômicas podem abrir um cenário interessante, no qual mui-



tas emoções estão a vista. Para muitos, os resultados de Iowa e New Hampshire desvelou a viabilidade eleitoral de Bernie Sanders. Contudo, já fazem meses que essa possibilidade era anunciada pela mobilização espontânea que vinha acompanhando o senador de Vermont. Autodeclarado socialista, por onde passava reunia centenas e o número de apoiadores era crescente. Com foco no ataque em Wall Street, conquistou boa parte da juventude norte-americana para o engajamento na sua campanha. Numa disputa isolada com Hillary, não recebe nenhum valor de corporações em sua campanha. Por fim, faz discurso incisivo sobre salários e políticas de seguridade social. Diante do caos social em que muitos, em grande medida os jovens, estão imersos, Sanders consegue mais uma vez dialogar com a desesperança e apontar uma alternativa, caminho trilhado por Obama em 2008.

Aos olhos de boa parte da militância de esquerda no Brasil, Sanders aparece como um alento e também uma esperança. E realmente é, mas é preciso problematizar. A ascensão de Bernie Sanders frente a potente máquina eleitoral montado por Clinton se explica pelas condições econômicas e sociais dos últimos anos. Conflitos agudos num país riquíssimo. Contudo, a alternativa que se aponta à esquerda nos EUA vem do Partido Democrata. Ou seja, um partido do sistema, um partido que não é fruto dessas lutas sociais e dessa contradição, que vem recebendo apoio sucessivos dos setores sociais nas eleições, mas nos governos logo são esquecidos. As organizações sociais no EUA são muito frágeis. Se a luta social teve uma crescente e ajuda Sanders, podemos dizer que ainda não produziu nenhuma nova organização potente que represente essas demandas como no caso de Espanha, Grécia e outros países. Por isso, se é importante e empolgante ver um autodeclarado socialista ascender na disputa eleitoral da maior potência capitalista, é preciso perceber seus limites.

Entretanto, mesmo em meio a todas essas contradições, sem dúvida o crescimento de Bernie é positivo, importante e significativo. Sua candidatura coloca novamente o guizo no capital financeiro e mostra que algo pode mudar na terra do Tio Sam. Contudo, se o crescimento empolga, o tamanho da batalha não é pequeno. O poder de Hillary, das corporações são obstáculos grande a serem superados. Para isso, o senador terá que ir além do que vem fazendo. Calibrar o discurso, ampliar base social para além dos



Bernie Sanders

jovens e passar do discurso de anti-candidato para candidato viável eleitoralmente, coisa que as pesquisas já apontam.

Do lado republicano, essa situação social também influencia na escolha. Da mesma forma que as dificuldades sociais abrem caminho para esquerda, abre caminho para o discurso conservador para solução dos problemas. Em meio ao desemprego, culpar e perseguir os imigrantes seria uma solução simples sem mexer na estrutura. Em meio a falta de esperança, voltar ter um papel bélico mundial traria de volta o patriotismo yankee. Enfim, com sinais trocados, a situação dos EUA influenciam a escolha dos partidos. Numa disputa com mais candidatos, os republicanos mais moderados arrepiam os cabelos diante das opções apresentadas. O favoritismo de Donald Trump mostra o vácuo de lideranças em que o partido se encontra. Um ricoço que não mede palavras e promessa assustadoras do ponto de vista dos imigrantes e direitos humanos. O possível rival de Trump ainda é incerto, despontam Ted Cruz, senador ultra conservador do Texas, e o governador de Ohio, John Kasich, que seria a opção mais moderada dos republicanos.



Confirmando o favoritismo de Trump, começam as especulações sobre como seria a disputa entre Republicanos e Democratas. Caso confirme Hillary, para os cientistas políticos estadunidenses seria um passeio democrata. Caso Sanders tornasse candidato, começasse a especulação de que isso levaria a uma vitória republicana. O terrorismo eleitoral semelhante ao que vimos no Brasil em 1989. Nessa eleição de extremos, se Trump não carrega toda confiança por seus posicionamentos conservadores, Sanders ataca diretamente os interesses econômicos. Nessa balança, empurraria em peso as elites econômicas para o lado republicano. Ou seja, determinismo da teoria do eleitor mediano jogaria a favor de Trump. Contudo, a história recente no próprio EUA mostra que esse determinismo nem sempre faz sentido. Bill de Blásio, considerado excêntrico e populista, venceu as prévias democratas na Cidade de NYC e tirou seu partido da fila de anos no comando da maior cidade norte-americana. Portanto, a mobilização social seria a saída para a campanha democrata de Sanders. Mobilização que após New Hampshire pipocou! Seja na arrecadação, no alcance nas redes sociais e nas reuniões de apoiadores que pipocam sem qualquer comando ou direção. Se esse cenário ainda é improvável, imagina-lo, guardando as devidas proporções, programa e diferenças, nos faz lembrar nossa eleição de 89, mas nos EUA e já começando no 2º turno. ★

\* **Rafael Pops** é militante do PT

# A CRISE DO SUS

*Maria Aparecida Pimenta\**

O SUS vive uma das maiores crises de sua história, e para alguns especialistas, a própria sobrevivência do Sistema estaria em jogo na conjuntura atual.

As causas e determinações dessa crise são várias e complexas. Mas é certo que o retrocesso no processo de do SUS terá como consequência a desassistência à saúde de milhões de brasileiros, com tragédias cotidianas na vida das pessoas e piora em vários indicadores de saúde.

Uma das causas da crise é o agravamento do subfinanciamento do sistema, que é crônico desde o início de sua história, e com momentos de agudização.

Com a crise econômica atual e o ajuste fiscal da União e dos Estados, e a consequente queda de arrecadação nos municípios, o impacto negativo no financiamento do SUS começou já em 2014, agravou em 2015; e o Orçamento para 2016 da União e da maioria dos estados para o SUS é absolutamente insuficiente para o custeio dos serviços já existentes, sem considerar qualquer perspectiva de crescimento ou aperfeiçoamentos de serviços.

A União e os Estados tem atrasado o repasse para os Municípios destinado ao custeio do atendimento de usuários do SUS, e com isso já há comprometimento de serviços essenciais.

Os municípios que já investem mais de 20% das receitas próprias em Saúde, não conseguem mais expandir os gastos na área. Além disso, 2016 é o último ano de mandato dos prefeitos, e os gestores da Saúde estão pressionados pelas exigências da LRF. Os seja, se não houver suplementação do orçamento do Ministério da Saúde por parte do governo federal, e das secretarias estaduais de saúde, a situação que se avizinha é muito sombria.

E há absoluta necessidade de enfrentar o subfinanciamento federal e buscar novas fontes de receita para o SUS, que sejam sustentáveis e compatíveis com um sistema de saúde universal, integral e igualitário num país de 200 milhões de habitantes, e com cerca de 150 milhões de pessoas que usam exclusivamente o sistema público de saúde.



Além do subfinanciamento o SUS vive uma crise de credibilidade, sendo o atendimento à saúde considerado o maior problema dos brasileiros em todas as pesquisas de opinião.

Esta falta de credibilidade, que tem se agravado ao longo da história do SUS, exige análises sérias e profundas, para não nos aventurarmos em explicações superficiais para problemas complexos. Eu apontaria algumas questões, sem qualquer pretensão de dar conta da temática.

O arcabouço legal do SUS, inscrito na Constituição Federal de 1988, e posteriormente nas leis de nº 8080/1990 e 8.142/1990, é extremamente avançado em termos de política pública, quando define a saúde como direito do cidadão, dever do Estado, e estabelece que o SUS deve garantir acesso universal e integral aos serviços de saúde para todos.

A proposta de organização do SUS como sistema único e nacional, mas de base local/ municipal, com a coordenação dos governos das unidades federadas, pressupõe alto grau de maturidade política, compromisso com a defesa da vida e com os interesses coletivos, por parte de vários atores políticos, que compõem o grupo dirigente do país.

A forma de fazer política governamental que vem se consolidando no processo de democratização brasileiro, aliada a posteriorização de reformas políticas essenciais para nossa jovem e frágil democracia mostraram-se incompatíveis com os pressupostos para esta engenharia técnico política do SUS, com proposta de planejamento ascendente, cofinanciamento federal, estadual e municipal, gestão participativa, e responsabilidades compartilhadas entre gestores dos 5.565 municípios, dos 27 estados e do governo federal.

*A privatização da saúde no Brasil é de várias ordens; tem crescido nos últimos anos, e é ao mesmo tempo causa e consequência da fragilidade do SUS.*

A maioria dos dirigentes do país não assumiu de fato a responsabilidade de implantar um Sistema Nacional de Saúde universal, integral e que atendesse de forma igual cada um dos brasileiros, de acordo com suas necessidades de saúde.

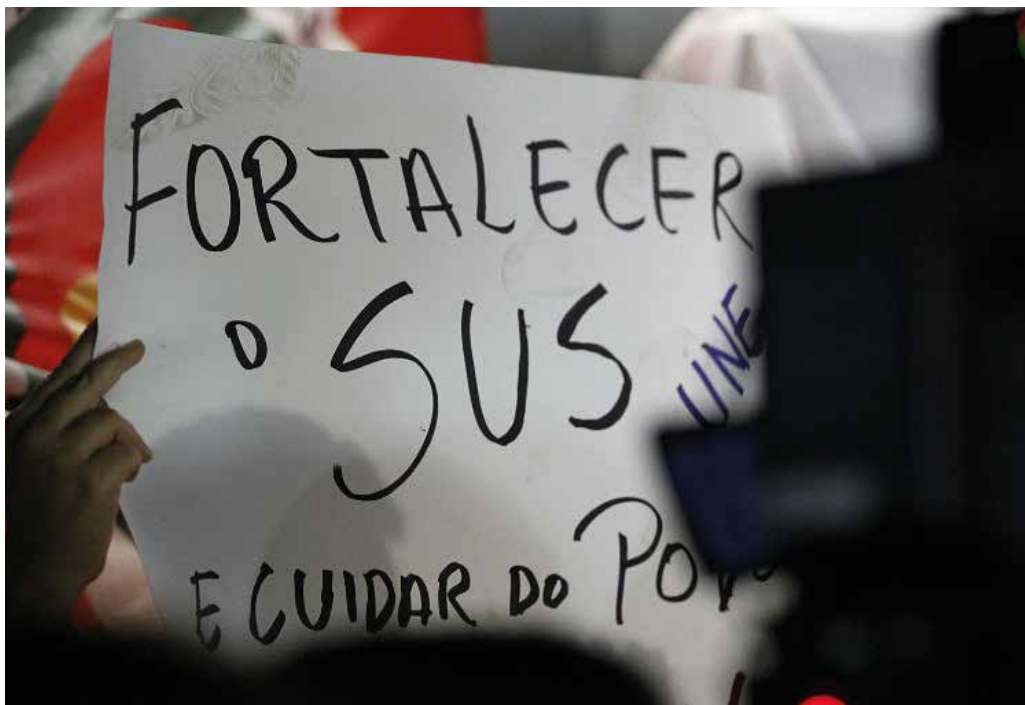
A grande mídia, que tem compromissos viscerais com a classe dominante, trabalhou incansavelmente contra o SUS, evidenciando ao máximo os problemas do Sistema, e ocultando de forma criminosamente milhões de ações que ocorrem no cotidiano dos serviços de saúde, que são fundamentais para a vida das pessoas.

Outro elemento que dificultou a consolidação do SUS e comprometeu sua credibilidade é a coexistência de dois sistemas de saúde: um público e um privado, que vivem de forma absolutamente interligados, dividindo a mesma força de trabalho, os mesmos hospitais e equipamentos de saúde, e com conflitos de interesse de toda ordem. A privatização da saúde no Brasil é de várias ordens; tem crescido nos últimos anos, e é ao mesmo tempo causa e consequência da fragilidade do SUS.

Muitos de nós que lutamos pela implantação do SUS desde a década de 80 imaginávamos que a medida que o SUS se consolidasse e ganhasse credibilidade, ele atrairia a classe média, que ao usar o sistema, lutaria para sua melhoria. Hoje a classe média é contra o SUS, e parte significativa dos trabalhadores prefere os planos privados de saúde.

E evidentemente o subfinanciamento compromete de forma brutal o pleno funcionamento do SUS. O Brasil é o único país do mundo com mais de cem milhões de usuários que tem um sistema universal, e um dos que investe o menor percentual do PIB na saúde pública, mesmo sendo a política pública mais inclusiva, construída pós ditadura.





O aumento da expectativa de vida, associado ao crescimento das doenças crônicas não transmissíveis, e o aumento de custo dos serviços de saúde em função da necessidade de incorporação tecnológica, incluindo novos medicamentos, também impactaram no sistema já cronicamente subfinanciado.

Outra questão a ser considerada é que o SUS para se viabilizar completamente teria de vir associado a outras políticas públicas que interferem diretamente na saúde das pessoas, como saneamento básico, coleta e destinação do lixo, política habitacional e reforma urbana, segurança alimentar, segurança pública, educação, trânsito e transporte coletivo, emprego e renda, entre outras.

E por fim, mas não menos importante, outra questão que agrava a crise do SUS é a decisão da Presidenta Dilma de colocar para dirigir o Ministério da Saúde um deputado federal do PMDB que atua no parlamento há 30 anos e nunca foi gestor do SUS. Colocar o MS no balcão de negócios do executivo com o congresso nacional, e colocar a gestão nacional de uma política complexa como é o SUS nas mãos de um deputado que nunca desempenhou atividades executivas, é no mínimo descompromisso com o SUS.

O fato de ser um aliado importante na Câmara de Deputados, de fazer parte da parcela do PMDB que é contra o impeachment da Presidenta, e apoio fundamental nas negociações com os deputados do PMDB, não o habilita a dirigir o MS, e é muito provável que sua gestão agrave a crise do SUS.

O Ex-ministro Arthur Chioro sempre foi gestor do SUS, com experiência de secretário municipal de saúde, com atuação importante no COSEMS SP, e no CONASEMS. Foi diretor de Departamento do Ministério da Saúde, ou seja, toda uma vida dedicada ao SUS.

Além disso a equipe de secretários, diretores e coordenadores do MS, muitos no Ministério desde a gestão do Ex-Ministro Alexandre Padilha, que estiverem com Arthur também era formada por gestores experientes e comprometidos com o SUS.

Durante 20 meses que esteve a frente do MS Arthur enfrentou de maneira competente o tensionamento do ano eleitoral e a pressão em relação ao Mais Médicos. Buscou trabalhar em parceria com o Conselho Nacional de Saúde. Valorizou a participação nos espaços colegiados como a Comissão Intergestores Tripartite, e o diálogo com CONASS e CONASEMS. Sempre teve postura firme diante da mídia na defesa das políticas do SUS, porque tinha conhecimento técnico, discernimento político e compromisso com interesse público. E foi um incansável batalhador por mais recursos federais para o SUS.

Além disso, Arthur Chioro e sua equipe vinha trabalhando internamente no fortalecimento e na reorganização do Ministério da Saúde, particularmente na Secretaria de Atenção a Saúde/SAS, responsável pela gestão federal da área assistencial do SUS.

A SAS é responsável pelo planejamento e programação nacional das ações de saúde, e em parceria com os municípios

que fazem o planejamento local e a execução das ações de saúde, sob a coordenação dos estados, cuida de toda a parte da atenção a saúde, no que diz respeito às atribuições do gestor federal. Cerca de 65 a 70% do orçamento do MS está na SAS.

Foi justamente na SAS que as mudanças foram mais drásticas, com nomeação de um Secretário vinculado ao PMDB do Rio Grande do Sul, com forte articulação com o setor hospitalar privado de alta complexidade de Porto Alegre, que foi do Ministério na gestão do ex-ministro Temporão e faz uma gestão radicalmente oposta àquela que vinha sendo desenvolvida pela secretária da SAS Lumena Furtado.

O Ministério da Saúde conta com 06 secretarias, com os respectivos secretários, incluindo a SAS. Com o novo Ministro dois secretários nomeados na gestão do Ministro Arthur permaneceram, três foram substituídos por técnicos vinculados, alguns mais outros menos, ao processo de implantação do SUS.

A substituição do coordenador da Saúde Mental por um ex-diretor de manicômio, que vem sendo contestada por um movimento de resistência que dura quase dois meses é o retrato mais fiel do que está acontecendo na Secretaria mais poderosa do MS. E tem nomeação do coordenador de saúde bucal por profissional da iniciativa privada que desconhece o SUS.

Finalizando, é importante colocar que o futuro da Saúde Pública brasileira e do SUS é extremamente dependente da conjuntura política e econômica que vamos viver neste ano de 2016.

Meu desejo e meu posicionamento é pela manutenção do mandato da Presidenta Dilma e dos compromissos que ela assumiu na campanha com o povo brasileiro. Pela cassação do mandato do deputado Eduardo Cunha. Pela mobilização dos trabalhadores e do povo em defesa de seus interesses. Pela eleição de prefeitos e vereadores vinculados aos interesses populares e democráticos. E que o SUS e o país consiga controlar a dengue, a chikungunha e zika.

Tudo isso pode parecer um sonho! Mas como dizia um revolucionário do século passado: é preciso sonhar, mas com o compromisso de transformar nossos sonhos em realidade. ★

\* **Aparecida Linhares Pimenta** é médica dedicada, há décadas, à construção do Sistema Único de Saúde.

# FALA CAPEL!



Paulo Capel é especialista, mestre, doutor, livre-docente e professor titular de Saúde Pública da USP.

Mas prefere se apresentar como um ativista pelo direito à saúde, com longa trajetória de participação em entidades e movimentos sociais de saúde, um dos fundadores do CEBES, o Centro Brasileiro de Estudos de Saúde, batalhador histórico pela Reforma Sanitária Brasileira e pelo SUS, ativo participante do movimento da Saúde Coletiva. Ou, na versão sintética, um dentista do SUS. Um cidadão socialista, claro, que deu ao **Página 13** a entrevista que segue.

*Como militante da saúde pública e da saúde bucal coletiva faça uma avaliação do que significou a implementação de um projeto como o SUS para o Brasil.*

A implementação do SUS sofreu ataques ininterruptos desde que a Constituinte criou o sistema. Ainda com receio dos efeitos da campanha das “Diretas Já!” o bloco conservador dos constituintes, conhecido como “Centrão”, aceitou criar o SUS com a convicção de que o sistema universal que aspirávamos para o País não sairia do papel, que seria letra morta. E, caso avançasse, seria estrangulado pela falta de recursos. O que conseguimos, é preciso reconhecer, não se afastou muito disso. Mas foi, também, muito diferente desse roteiro reacionário. O golpe mais brutal ao SUS foi desferido por Fernando Collor, em cujo governo foi aprovada a lei 8080, que regulamentou os dispositivos constitucionais. Collor se fingiu de besta e fez que não entendeu a determinação da Constituição de 88 que obrigava à participação popular e ao financiamento compartilhado, no âmbito da seguridade social que queríamos ver fortalecida no Brasil, com transferência regular e suficiente de recursos para os entes federativos. Naquele momento histórico, conseguimos a primeira grande vitória contra os opositores do SUS (eu os tenho denominado de ‘*SUSistas*’). Collor teve de recuar dos vetos à 8080 e, meses depois, foi aprovada a lei 8142, avançando na regulamentação do

SUS. Mas Collor pretendeu centralizar o sistema e foi, uma vez mais, vencido pela força e organização dos segmentos populares. Assim, o processo de construção do SUS tem encontrado dificuldades notáveis. Temos perdido batalhas importantes, como a expansão dos negócios com o cuidado à saúde, representada pelos mal denominados ‘planos de saúde’, que não são planos e nem podem entregar o que vendem: saúde. Dentre muitas outras dificuldades, há dois desafios que são estratégicos e de cuja solução depende o futuro do sistema. Um é o desafio do financiamento, uma vez que há notório subfinanciamento. Nisso, é preciso reconhecer, os constituintes reacionários à proposta de um sistema de saúde público e de acesso universal, foram bem sucedidos. O SUS perde recursos a cada orçamento anual e suas ações são asfixiadas por crescente insuficiência de recursos. Nem os governos de Lula, conforme demonstram alguns estudos idôneos, alteraram significativamente esse panorama. O outro desafio é o da drenagem de recursos públicos para empresas de propriedade particular, mal denominadas de organizações sociais de saúde (OSS), que ademais de casos gravíssimos de desvio (“roubo” talvez seja a palavra mais apropriada) de recursos públicos por quadrilhas que se apropriam de algumas OSS picaretas, fragmentam o sistema aumentando-lhe as dificuldades de gestão. Embora haja muitas OSS éticas e geridas com alguma transparência, o

modelo de gestão com base em OSS está longe de resolver os problemas estruturais de gestão do SUS e, ao contrário, aumentam essas dificuldades, inviabilizando na maioria dos casos a gestão participativa e criando importantes entraves à cogestão do trabalho em saúde. Contudo, a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), de 16/5/15, declarando constitucional a participação das OSS no SUS encerrou questionamentos que vinham desde 1998 e colocou esse debate em outro patamar. É preciso, agora, reorientar a estratégia do Movimento da Reforma Sanitária para enfrentar os desafios desta nova etapa e impedir que as OSS prossigam dando o tom à implementação do SUS. Tenho dito que, ou os *SUSistas* encontramos e criamos novos caminhos, para uma gestão sob controle público e participação, ainda que indireta, do Estado na gestão, ou os *SUSistas* seguirão drenando recursos públicos para particulares e, assim, seguirão avançando na dispersão desses recursos e, na prática, abrindo caminho para a ampliação dos planos de saúde e a asfixia do SUS. É este o núcleo do enfrentamento de projetos para o nosso sistema de saúde, hoje: se ele deve avançar no rumo da privatização, com o cuidado em saúde firmando-se como mera mercadoria, ou se, ao contrário, devemos retomar a saúde como um direito cujo exercício requer políticas públicas radicalmente democráticas, republicanas, com gestão participativa e cogestão do trabalho





em saúde. Nessa guerra - porque se trata efetivamente de uma guerra - os *SUSistas* não partimos do zero contra os *SUScidas*. Ao contrário, temos a favor a experiência do SUS, como um marco na trajetória das políticas públicas e, mais especificamente, das políticas sociais no Brasil. Esta experiência de radicalização democrática na defesa do direito à saúde interessa e é reconhecida dentro e fora do País. Há muitos aspectos originais em nossa experiência de construção de um sistema universal de saúde. Uma delas é a gestão participativa, com o denominado “controle social” representado por conselhos de saúde em todas as esferas federativas, participando ativamente das principais decisões políticas sobre os rumos do SUS. As comissões intergestores, reunindo representantes dos governos municipais, estaduais e federal é outra inovação setorial que, inclusive, tem ultrapassado os marcos do setor saúde, influenciando o conjunto da gestão pública republicana no Brasil. Para desgosto dos constituintes do “Centrão” e seus herdeiros políticos, o SUS vem se constituindo em uma notável conquista da cidadania, com números que, a despeito das dificuldades a que me referi, têm contribuído para amenizar as dores e sofrimentos que o capitalismo brasileiro impõe aos trabalhadores e suas famílias. A esse respeito é significativo que, embora haja reconhecidamente muitas deficiências e insuficiências em muitos serviços públicos de saúde, não há registro de partidos políticos ou candidatos a mandatos, que defendam o fim do sistema. Sabem que o povo brasileiro não toleraria que tocassem no sistema, que tem problemas mas que é

seu. O povo não quer o fim do SUS, quer um SUS melhor.

### ***E qual tem sido a trajetória da Saúde Bucal nesse desafiador contexto de construção e consolidação de um sistema de saúde universal e integral?***

Até meados do século passado o Estado brasileiro limitava-se a regular cursos de formação e a fiscalizar o exercício profissional. A presença de profissionais de odontologia no serviço público era restrita às instituições de segurança pública e, em alguns estados, a um ou outro profissional em escolas. Era algo residual em termos sistêmicos e, quantitativamente falando, irrelevante. Foi a partir da consolidação do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) que foram criados os programas de odontologia escolar, que logo se espalharam por todo o País. Contudo, apenas nos anos 1980 começaram a ganhar força os questionamentos à prática odontológica em curso no Brasil, tanto no setor privado quanto nos serviços públicos. Com a organização do Movimento Brasileiro de Renovação Odontológica (MBRO) e a realização a cada dois anos do Encontro Nacional de Administradores e Técnicos do Serviço Público Odontológico (ENATESPO) aprofundou-se o questionamento do modelo de atenção à saúde bucal que tínhamos à época e, no contexto da 8ª Conferência Nacional de Saúde organizamos a 1ª Conferência Nacional de Saúde Bucal (1ª CNSB). A etapa nacional da Oitava aconteceu em março e, em outubro de 1986, fizemos a 1ª CNSB, a qual lançou as bases do que viria a ser, vários anos depois, o Brasil Sorridente. Essa base foi

fortemente adensada pelo aprendizado que tivemos com a gestão da saúde bucal nas várias experiências municipais de governos de esquerda, como ocorreu em Diadema, Porto Alegre, São Paulo, Belo Horizonte, dentre outros. Nessas experiências municipais, companheiros e companheiras incumbidos de coordenar a política de saúde bucal tiveram de lidar com o novo cenário que se abriu com a criação do SUS e a afirmação de seus princípios, como a universalidade de acesso, integralidade da atenção e equidade. Princípios que se aplicavam à saúde como um todo e que, portanto, teriam de valer também para a saúde bucal, superando-se a lógica de limitar a odontologia pública aos programas escolares e de pré-natal. O ENATESPO rapidamente se constituiu no principal fórum de discussão dessas experiências, de crítica implacável às ações, sempre centralizadoras e burocratizadas, originadas nos governos federais sob controle da burguesia e de formulação do que deveria ser uma política nacional de saúde bucal de um governo de esquerda, de um governo anticapitalista e que colocasse permanentemente em questão o poder burguês no Brasil. Sempre buscamos construir, pela base, uma política setorial que radicalizasse nossa incipiente e frágil democracia e a tensionasse na perspectiva do interesse das massas trabalhadoras. Os ativistas pelo direito à saúde bucal como um direito inseparável do direito à saúde e à proteção social jamais abriram mão dessa estratégia. Sua presença, nos serviços públicos, nos movimentos sociais, nos sindicatos e entidades profissionais e na universidade, vem exercendo influência decisiva sobre os rumos que a odontologia pública vem tomando no País. A eleição de Lula em 2002 produziu alterações profundas na política nacional de saúde bucal (PNSB), com a realização da 3ª CNSB em 2004 e a institucionalização do Programa Brasil Sorridente. Os avanços da PNSB nos dois governos de Lula (2003-2010) foram notáveis e estão amplamente documentados, sendo reconhecidos dentro e fora do Brasil. Com Lula o cenário da saúde bucal mudou substantivamente, embora persistam desafios importantes, como as restrições no acesso universal e à integralidade da atenção. Os efeitos dessa longa construção política atingiram seu ápice nos governos de Lula e projetaram-se positivamente sobre os primeiros anos do governo Dilma, mas começaram a perder força a partir de 2011 e 2012. O desafio atual é retomar o rumo histórico da nossa política de saúde bucal.

“ Não vejo qualquer perspectiva de retomada, a curto prazo, do rumo histórico de construção e implantação da Política Nacional de Saúde Bucal, a partir do comando dessa política no Ministério da Saúde. Vejo o Brasil Sorridente sob risco gravíssimo, pois cotidianamente são tomadas decisões que impactam seus rumos.”

**Como vem sendo conduzida a Saúde Bucal após a posse do novo Ministro da Saúde, Marcelo Castro (PMDB)?**

A Política Nacional de Saúde Bucal (PNSB) sofreu uma profunda inflexão com a mudança de comando no Ministério da Saúde. A nomeação do ministro Castro representou um gravíssimo retrocesso nas lutas pela reforma sanitária, o SUS e o direito à saúde em nosso País. Na área específica da Saúde Bucal eu diria que regredimos ao patamar que tínhamos no governo Collor, com o agravante de que, à época, não tínhamos conseguido os avanços do período em que Lula governou o Brasil, com a implantação do Brasil Sorridente. Não tínhamos àquela época, os mais de 1.000 Centros de Especialidades Odontológicas (CEO), as mais de 25 mil Equipes de Saúde Bucal na atenção básica vinculadas à estratégia de Saúde da Família, dentre outros avanços que logramos na última década. Hoje, temos muito a perder. A primeira decisão relevante do atual ministro com relação à Saúde Bucal foi substituir o coordenador da PNSB utilizando como critério para definir a ocupação do posto a indicação de um colega parlamentar. O ministro não ouviu as entidades da área de odontologia ou de saúde coletiva, nem os movimentos sociais, nem o Conselho Nacional de Saúde, nem o CONASS, nem o CONASEMS. Também não lhes deu qualquer explicação ou satisfação. Agiu soberana e autoritariamente, contrariando as regras mais elementares da gestão participativa. Desconsiderou o controle social e, valendo-se do que lhe confere a lei, ouviu quem bem entendeu e tomou sua decisão. Tal como vem fazendo com outras áreas, a exemplo da Saúde Mental. São decisões desastrosas, que prejudicam muito o SUS e



comprometem a saúde pública. O ministro governa a saúde como um patrão que manda nos trabalhadores da sua empresa, pouco lhe importando o que estes pensam ou deixam de pensar. Mas tem até quem pretenda justificar essas decisões com base “no direito que um Ministro tem de escolher seus auxiliares, pois, afinal, são cargos de confiança”. Bom, não quero discutir o conceito de “cargo de confiança” e para que servem e como deveriam ser providos esses cargos no Estado Democrático de Direito, mas quero assinalar que as reações a esse estilo autoritário e mandonista já começaram e vão se intensificar. Na Bucal a insatisfação é grande, sobretudo entre coordenadores estaduais e municipais da área, que desenvolveram nos últimos anos uma cultura republicana como padrão de relacionamento com o governo federal. As primeiras ações do atual coordenador de Saúde Bucal indicam que, além do seu notório despreparo para o exercício da função, tem havido desrespeito a vários desses coordenadores e, portanto, aos entes federativos que eles representam, no relacionamento do MS com prestadores privados do SUS. Em alguns municípios estão sendo tomadas iniciativas envolvendo recursos públicos, à revelia das autoridades locais do SUS. O atual coordenador tem origem em um setor empresarial que faz negócios envolvendo recursos públicos do SUS. Coerentemente, é nesse rumo que ele vem conduzindo suas ações como gestor público.

**Você vê perspectivas de mudança neste quadro a curto prazo? Se não, o que fazer?**

Não vejo qualquer perspectiva de retomada, a curto prazo, do rumo histórico de construção e implantação da Política Nacional de Saúde Bucal, a partir do comando dessa política no Ministério da Saúde. Vejo o Brasil Sorridente sob risco gravíssimo, pois cotidianamente são tomadas decisões que impactam seus rumos. Mas é claro que não assistiremos de braços cruzados à desconstrução da nossa política, a partir do seu comando nacional. Por isso, como diria o Gonzaguinha, “eu acredito é na rapaziada que segue em frente e segura o rojão” a partir das bases, ou seja, a partir de cada município, a partir dos Estados que não querem engolir que se façam negócios com o direito à saúde bucal. Se nós fomos capazes de construir pacientemente a nossa política fora do governo federal durante tantos anos, não é agora que vamos “correr da raia a troco de nada”, não é? Nada de ficar na saudade, temos de seguir perseguindo e construindo o nosso sonho de um País em que o direito à saúde seja de todos e não exclua as bocas. A tarefa que se coloca mais imediatamente, nesse sentido, é intensificar ainda mais a luta para colocar no comando da Saúde Bucal do Ministério da Saúde algum companheiro(a) identificado e com compromisso com essa perspectiva e essa construção histórica. ★



# Governo Dilma: retrocesso atinge a Saúde Bucal

**E**mbara a atual Política Nacional de Saúde Bucal (PNSB), definida em 2004 e conhecida como Brasil Sorridente (BRS), seja um dos mais bem sucedidos programas implantados pelo governo federal, sofreu um duro revés em novembro de 2015, com a nomeação de Ademir Fratric Bacic para a Coordenação-Geral de Saúde Bucal do Ministério da Saúde. Diretor financeiro da empresa Prodent Assistência Odontológica Ltda, Bacic é um desconhecido dos movimentos sociais de saúde, das entidades odontológicas e das organizações de saúde coletiva. Sabe-se, porém, que participa do financiamento privado de campanhas eleitorais e mantém vínculos com o SINOG – Sindicato Nacional das Empresas de Odontologia de Grupo (Saúde Suplementar). Ainda assim foi nomeado para coordenar uma política que tem seu esteio no Sistema Único de Saúde (SUS).

Ao assumir a coordenação da Política Nacional de Saúde Bucal no segundo governo Dilma, Rozangela Fernandes Camapum, uma liderança historicamente posicionada ao lado dos movimentos e entidades do setor saúde na construção da PNSB, constituiu uma Comissão de Assessoramento Técnico (CAT) e fomos convidados a integrá-la. Cabe registrar que todos participamos da CAT sem qualquer tipo de remuneração.

Entendemos que a exoneração de Rozangela e a nomeação de Ademir constitui um grave retrocesso nos rumos do Brasil Sorridente, um verdadeiro ato de agressão à política de saúde bucal que o País deve à sensibilidade do Presidente Lula e ao empenho de dezenas de milhares de profissionais de saúde que, diariamente, em todo o Brasil, dão concretude às diretrizes dessa política, aprovadas no Conselho Nacional de Saúde e pelos Conselhos Nacionais de Secretarias Municipais (CONASEMS) e Estaduais (CONASS) de Saúde, as quais vêm tendo o apoio das entidades nacionais de odontologia e de saúde coletiva.

A mudança no comando do Brasil Sorridente indica também um risco iminente ao princípio ético da saúde bucal como direito de cidadania ao identificar-se uma clara opção por modelos privatistas e pelo veltudo do mercado, em que cuidados odontológicos são apenas mercadorias a serem comercializadas por empresas que fazem negócios com doença, sofrimento e morte. Tais modelos privatistas propõem substituir os serviços públicos odontológicos com gestão participati-

va e sob controle público, que defendemos, por empresas controladas e gerenciadas por proprietários privados. Rejeitamos essa mudança e repudiamos essa nova orientação. Por essa razão, estamos nos afastando do Ministério da Saúde, assumindo, perante os movimentos sociais e as entidades de saúde coletiva e de odontologia, um compromisso ético-político de seguir na luta para refazer o que está sendo desfeito neste momento, que marca uma importante inflexão histórica na PNSB. Não nos move qualquer sentimento pessoal a quem quer que seja, pois compreendemos as circunstâncias políticas que levaram a Presidenta Dilma Rousseff a fazer mudanças em seu ministério, envolvendo o da Saúde. Temos motivos, porém, para não acreditar que o coordenador recém-nomeado reúna as credenciais mínimas necessárias para o cargo do qual passou a ser titular. Assinalamos, ainda, que sua experiência profissional à frente de um plano de saúde conflita frontalmente com as propostas que comungamos com amplos setores da sociedade brasileira para o SUS e o Brasil Sorridente. Por entendermos que a decisão do ministro Marcelo Castro implica a negação de tudo em que cremos, decidimos nos afastar da coordenação da PNSB, com a expectativa de que, em breve, as forças políticas que possibilitaram criar o Brasil Sorridente, retornem ao comando do Ministério da Saúde para, então, retomar para a Saúde Pública os rumos dessa importante política pública.

Sáimos como entramos, com a certeza do dever cumprido e a convicção de que todas as ações que desenvolvemos foram sempre orientadas pelo interesse público, visando à construção do SUS, e em respeito aos compromissos que marcaram nossas trajetórias, cuja referência política é o Movimento da Reforma Sanitária, na perspectiva das Conferências Nacionais de Saúde e de Saúde Bucal.

**NÃO À MERCANTILIZAÇÃO DA SAÚDE!**

**VIVA O SUS!**

**VIVA O BRASIL SORRIDENTE COMO DIREITO DE CIDADANIA!**

Brasília, DF, 20 de novembro de 2015.



# Vencer o golpe, lutar pelo programa eleito

*Coerente com o objetivo de reunificar as esquerdas, Página 13 abre suas páginas para que Carlos Henrique Árabe, dirigente da tendência Democracia Socialista, exponha as conclusões da Plenária Nacional realizada por esta tendência em dezembro de 2015. Tanto as Conclusões Políticas da 2ª Plenária Nacional da DS como o documento A Mudança Necessária estão disponíveis em [www.democraciasocialista.org.br](http://www.democraciasocialista.org.br)*

*Carlos Henrique Árabe\**

A Democracia Socialista realizou entre os dias 11 e 13 de dezembro passado, no Sindicato dos Químicos de São Paulo, sua 2ª Plenária Nacional. Abaixo apresento uma síntese das suas Conclusões Políticas.

É importante acrescentar a elas, desde logo, um posicionamento sobre um fato fundamental que veio a se impor logo no início do ano. Trata-se do ataque concentrado da direita ao ex-Presidente Lula. Esse ataque deve ser compreendido dentro do movimento combinado de golpe parlamentar e de impedir que governemos com o programa eleito. Além disso, visa o próprio PT e as organizações dos trabalhadores. Manifestamos nossa solidariedade ao Lula e a disposição permanente de lutar pela democracia, pelo programa eleito em outubro de 2014 e em defesa do partido que construímos.

Estamos diante do maior desafio já enfrentado pela esquerda brasileira desde 1964. Trata-se de enfrentar e vencer o golpe que é construído pela direita desde o final das eleições de 2014 e que agora entra em sua fase final.

Liderado por um notório corrupto em conluio com o vice-presidente oportunista, assessorado pelo PSDB e mobilizando toda a malta fascista, o golpe ganha corpo e tornou-se um risco real. Graças ao controle da mídia e da câmara dos deputados pela direita mas também por conta do recuo programático do governo que o levou a altíssimos índices de desaprovção.

Frente ao risco de um golpe, avançamos na construção da frente única pela democracia, pelo mandato popular da Presidente Dilma e pelo programa eleito em 2014. A luta política de massas é a di-



menção que devemos imprimir nesse processo, englobando as manifestações de rua, ações diretas de confrontação com a direita e uma frente parlamentar democrática anti-golpe. As ações de governo tem o papel de enfrentar decididamente a direita no plano institucional e reconstruir laços com a esquerda, com os movimentos sociais e entidades democráticas, fazendo com que o Governo passe a integrar uma mesma plataforma de forças políticas e sociais, na qual outras esferas do Executivo (Governadores e Prefeitos), dirigidos por partidos e setores progressistas, têm também um enorme papel a desempenhar. Esse processo implicará em outra dinâmica para o governo, que deverá abrir-se às reivindicações populares e recolocar na ordem do dia a mudança da política econômica. A luta contra o golpe e a reconstrução das condições políticas para implementar o programa eleito são partes integrantes do mesmo processo político.

A CUT joga o papel estratégico de unir as diversas frentes de luta e de imprimir à luta democrática um caráter de massas e um conteúdo classista. Ao mesmo tempo,

uma nova relação entre partidos e setores de esquerda e democráticos deve ser dinamizada em todos as frentes da luta política de massas contra o golpe.

Dentro desse processo, um amplo campo de esquerda, no qual o PT está incluído, organiza a mais importante recomposição política e ideológica depois da dispersão, acomodação, conciliação e recuo programático que caracterizou boa parte da esquerda brasileira (PT incluído) desde os anos 90. E, não menos importante, resgata-se o programa eleito em 2014. Assim, a luta contra o golpe é simultaneamente uma profunda e ampla reorganização da esquerda. E quanto mais avançar, melhores as nossas chances de derrotar a direita e reabrir outros cenários de desenvolvimento à esquerda da luta de classes.

O PT nesse processo evoluiu à esquerda à medida em que questões concretas se colocaram e forçaram a tomada de posições, embora, de modo geral, a reboque dos acontecimentos. Assim, a crítica da conciliação neoliberal adotada com a nomeação de Levy só veio a ganhar corpo





*A luta por posições de esquerda no PT e, ao mesmo tempo, sua integração no processo mais amplo de unidade e recomposição da esquerda são processos complementares e fundamentais para o enfrentamento do golpe e para o futuro da esquerda no Brasil*

depois do 5º congresso, quando uma parte substantiva do partido (como as correntes de esquerda, a maioria da bancada, os dirigentes da CUT e a Fundação Perseu Abramo) já trabalhava abertamente na construção de proposições alternativas. Outro exemplo é a atitude em relação à cassação do presidente da Câmara dos Deputados, que a direção só assumiu depois que a maioria da bancada declarou-se formalmente nessa linha. Deve-se registrar de outro lado a tomada de posição clara, e na linha que defendemos, pelo presidente do PT no sentido da expulsão do senador Delcídio. Digno de nota também foi o engajamento desde o início à construção da Frente Brasil Popular.

A luta por posições de esquerda no PT e, ao mesmo tempo, sua integração no

processo mais amplo de unidade e recomposição da esquerda são processos complementares e fundamentais para o enfrentamento do golpe e para o futuro da esquerda no Brasil.

A conformação de uma esquerda petista ativa que atua na direção nacional e nas direções estaduais do PT, nas suas bancadas, na CUT e nos movimentos sociais, na juventude partidária e no debate público, é um passo extraordinário e deve ter prosseguimento. Seu papel é decisivo na construção de posições majoritárias de esquerda no PT na luta contra o golpe. E quanto mais acumular e for bem sucedida nesse objetivo construir-se-á como elemento central para uma nova direção partidária. O desenvolvimento dessa esquerda ativa em várias dimensões do partido se dá de forma

harmônica, sem hegemonismos, e aberta ao diálogo mais amplo no PT e na esquerda.

Em documento de março de 2015, A mudança necessária, escrevemos: “A retomada por inteiro do programa eleito em outubro de 2014, majoritariamente aprovado pelo povo brasileiro, depois de duro enfrentamento com as forças que representam o atraso, o retrocesso e o obscurantismo, pode recuperar a força do nosso projeto, a popularidade do nosso governo e, portanto, reforçar a nossa Presidenta, para coibir os movimentos golpistas hoje em curso e reestabelecer um padrão de governabilidade frente à atual dinâmica conservadora do Congresso Nacional.” ★

\* **Carlos Henrique Árabe** é Secretário Nacional de Formação Política do PT



# Jean Wyllys e a modéstia

Breno Altman\*



Fronte às dificuldades enfrentadas pelo PT e erros sérios cometidos pela legenda, críticos supostamente à esquerda não hesitam em pegar carona na ofensiva conservadora e encher a boca contra o petismo.

Obviamente discordâncias são naturais da política e seu debate público é o caminho mais salutar para construir unidade contra o bloco conservador. Trata-se de outra coisa, porém, quando o esforço tem como objetivo a desqualificação ideológica, moral e de classe.

Vários expoentes do PSOL, por exemplo, são useiro e vezeiro em classificar o PT como entidade capitulada à oligarquia e um de seus instrumentos políticos, além de achincalhar eticamente a agremiação em termos bastante semelhantes aos da pior direita.

Estes personagens, alguns até com história de bons serviços prestados à causa socialista, preferem o mercado eleitoral à política de classe. Vale tudo, rigorosamente tudo, para se aproveitar das atuais fragilidades petistas, arrancando uns votinhos ou atraindo alguns filiados.

Parece pouco importar, a quem assim se comporta, a probabilidade de eventual derrota do projeto petista ser seguida por longa etapa de reação burguesa. O que lhes interessa, por rancor ou cálculo, é decretar a morte prematura do principal partido da esquerda brasileira e se atirar sobre sua carniça com apetite de urubu famélico.

O que lhes sobra de voracidade, aliás, falta em modéstia.

Imagine o leitor se seria possível, quando o PT tinha apenas treze anos, que um de seus deputados mais prestigiados fosse a Israel em contubérnio com o sionismo. Ou que, caso o fizesse, a direção ficasse calada e deixasse impune tamanha violação do programa partidário.

Pois foi exatamente o que ocorreu com o parlamentar Jean Wyllys, como é de conhecimento público. Fora alguns comentários avulsos, o PSOL olhou para cima e assobiou.

Tenro e jovem, este partido também foi capaz de incluir, em sua chapa de deputados federais eleitos pelo Rio de Janeiro, um filiado que era bombeiro grevista, mas batia continência e selfie para Jair Bolsonaro. Alguém é capaz de lembrar caso semelhante na adolescência petista?

Também poderíamos nos recordar da famosa foto da senadora Heloisa Helena celebrando, ao lado de parlamentares do DEM e do PSDB, a rejeição da CPMF.

Principal fundadora do PSOL, presidente inaugural da bandeira e sua candidata presidencial em 2006, não tardou em aderir ao eco-capitalismo e a revelar que suas convicções revolucionárias não atravessavam a ponte do mais vexatório fundamentalismo religioso.

Alguém é capaz de lembrar o nome de algum presidente petista que tenha seguido trajetória semelhante?

Quando o PT tinha treze anos, aliás, o menos laico de seus líderes e o mais próximo do tucanato costumava respeitar a disciplina partidária e aceitava decisões de maioria, mesmo quando se contrapunham a sua

fê ou pensamento. Chamava-se Plínio de Arruda Sampaio, foi deputado constituinte em 1986 e candidato a governador em 1990.

Seria igualmente impensável, aos treze anos de idade, que o PT tivesse entre seus máximos dirigentes quem atacasse publicamente a revolução cubana e elogiasse o golpe fascista na Ucrânia, como o fez a ex-deputada Luciana Genro. Sabe-se lá por qual razão, isso pode parecer normal no PSOL, mas não o era aos petistas na mesma altura da vida.

Vamos combinar que seria legítima a seguinte pergunta: se um partido que se auto-reivindica alternativa ao petismo, acusando a agremiação quase quarentona dos piores desvios, revela deformações deste naipe antes dos quinze anos, o que esperar quando tiver mais de 35?

Aos treze anos, vale dizer, o PT liderava os mais importantes movimentos sociais do país, detinha um quarto do eleitorado, era a vanguarda da resistência ao neoliberalismo e um dos poucos partidos de esquerda a manter protagonismo mesmo depois do colapso soviético.

Aos 36, continua representando a principal referência para os trabalhadores brasileiros, apesar dos muitos erros e aleijões, mesmo em uma situação de profunda crise como a atual.

Nada disso, é evidente, tira o direito do PSOL ter divergências com o PT e demarca-las claramente. O que transborda de falsidade é fazer, destas diferenças legítimas e democráticas, agressões morais e ideológicas.

Diante da escalada conservadora e da necessidade de unidade no campo popular, no entanto, não cairia mal um bocado de tolerância temperado por muitas pitadas de obrigatoria modéstia. ★

\* Breno Altman é diretor do Opera Mundi





# Marinho e a “ideologia de gênero”

*No dia 31 de janeiro, a direção nacional da tendência petista Articulação de Esquerda aprovou uma nota acerca das declarações do prefeito de São Bernardo do Campo, Luiz Marinho, dadas em um vídeo em que aborda o tema da “ideologia de gênero”. Página 13 recomenda a todos que assistam ao vídeo do prefeito Marinho. Segue, ao lado, a nota:*



“Está em curso uma contraofensiva nacional e internacional da direita.

Esta ofensiva visa reduzir os direitos políticos e sociais da classe trabalhadora, submeter o Brasil aos interesses geopolíticos dos Estados Unidos, interditar e banir Lula e o PT.

A contraofensiva da direita adota um discurso ideológico reacionário.

A direita sabe, há longa data, que o discurso reacionário e as práticas machistas, racistas e homofóbicas dividem a classe trabalhadora e isolam seus setores mais progressistas, pois uma parte dela é muito conservadora ideologicamente, culturalmente.

Ao dividir a classe trabalhadora e isolar seus setores mais progressistas, fica mais fácil atacar o conjunto da classe. Por isto, no Brasil, a defesa da democracia, da laicidade e do respeito à diversidade precisam andar de mãos dadas.

Mas há na esquerda aqueles que, achando impossível derrotar os direitistas, unem-se a eles.

Um exemplo terrível desta postura foi dado recentemente pelo prefeito de São Bernardo do Campo, que gravou um vídeo no qual associou-se ao discurso reacionário contra o que chamam de “ideologia de gênero”.

Repudiamos a atitude do prefeito, que ofende as tradições do PT, do conjunto da esquerda, dos setores democráticos e progressistas, e constitui um deplorável recuo em relação à sua própria posição inicial no debate sobre o Plano Municipal de Educação, passando a defender a proibição da discussão das questões de gênero nas escolas.

Chamamos o Diretório Nacional do PT a manifestar-se, mais uma vez, em defesa da laicidade e da democracia, e a censurar publicamente o prefeito Luiz Marinho, que com sua atitude ajuda a pavimentar o caminho para os que desejam derrotar o PT, Lula e o conjunto da esquerda brasileira.”

# Juventude petista

Patrick Campos\*

Com o encerramento do terceiro Congresso da Juventude do PT em dezembro de 2015, duas grandes tarefas imediatas estão colocadas para a militância. A primeira é a organização das secretarias estaduais e municipais eleitas. A outra é a articulação nacional que deve dar conta de dirigir as ações dos jovens petistas pelo país.

Trata-se de um processo de retomada do funcionamento das instâncias de juventude no partido, que em sua maioria mantiveram-se desativadas ou com atuação reduzida conforme foi a secretaria nacional nas duas gestões que se estenderam de 2011 à 2015.

Mas esta retomada não pode ocorrer apenas do ponto de vista formal. Num momento de grande ofensiva da direita e de avanço de pautas conservadoras no seio do próprio governo, com destaque para o ajuste fiscal e a Reforma da Previdência, será preciso que as instâncias tenham papel dirigente para organizar a juventude trabalhadora no combate a estas medidas e nas grandes lutas que se avizinham.

Para tanto, a juventude petista precisará de muito esforço se quiser estar à altura de cumprir este papel dirigente. Um destes esforços, diz respeito à superação do desacumulo político e organizativo imposto

pela acéfala maioria que dirigiu a secretaria nacional ao longo dos últimos anos.

Outro modelo organizativo e outra política precisarão nortear a juventude petista. Modelos que devem ter vínculo umbilical com a mudança na estratégia do Partido. O PT e a juventude trabalhadora precisam mais do que nunca de uma organização de juventude de massas, democrática e de caráter socialista.

O atual modelo, desvirtuado após o I Congresso, apresenta todos os sinais de esgotamento. Justamente por isso, as secretarias estaduais e municipais desta gestão encontram-se numa condição muito especial: fazer funcionar as instâncias de juventude do partido e ao mesmo tempo buscar alternativas políticas e organizativas para as mesmas.

Neste mesmo sentido devem estar concentradas também parte das energias da militância que buscará articular e organizar a juventude petista nacionalmente. Na ausência de uma secretaria nacional, o Movimento da Juventude Petista precisa garantir o vínculo entre as secretarias municipais e estaduais; construir uma agenda de mobilizações; travar a disputa interna e externa pelos rumos da política do PT do Governo.

2016 não será um ano fácil. Setores da direita tentarão de todas as formas anteci-

par o resultado de 2018. A busca dessa antecipação não ocorrerá apenas nas eleições municipais, mas ao logo de todo o ano com o aprofundamento da campanha de cerco e aniquilamento do PT e de interdição do ex-presidente Lula.

Esta campanha, associada aos sucessivos erros do Governo que insiste em aplicar um programa completamente diferente daquele eleito nas urnas e a omissão e passividade do PT diante deste cenário, seguem afastando cada vez mais setores da juventude.

Para mudar este cenário, PT e Governo têm que mudar. Mas está mais do que nítido que estas mudanças não ocorreram por ato de vontade de ambos, mas por pressão dos setores organizados da classe trabalhadora, inclusive a juventude.

Por isso, a juventude petista precisa arregaçar as mangas e partir para a disputa. Fortalecer a Frente Brasil Popular e defender as ações da CUT e do MST faz parte de uma agenda de lutas que pode nos preparar para enfrentarmos as batalhas em condição menos desfavorável e caminhar para termos uma organização de juventude à altura dos desafios colocados. ★

\*Patrick Campos é militante do PT de Pernambuco

Confira as novas publicações da Editora  
Página 13 e da Fundação Perseu Abramo:



**LANÇAMENTO**  
**Cartas do Passado**  
Rachel Pomar e Wladimir Pomar



**RELANÇAMENTO**  
**Enigma Chinês**  
Wladimir Pomar



# A troca no comando do Arquivo Nacional

Alexandre Fortes\*

A mudança do diretor do Arquivo Nacional, oficializada em janeiro deste ano pela presidenta Dilma Rousseff, gerou forte repercussão negativa na imprensa e reações indignadas no meio acadêmico, particularmente entre historiadores e arquivistas, mais familiarizados com a instituição.

Deixou o cargo o professor Jaime Antunes da Silva, funcionário de carreira do Arquivo desde 1965, que permaneceu no cargo por mais de 23 anos, desde sua nomeação pelo presidente Fernando Collor de Mello. Assumiu José Ricardo Marques, líder empresarial evangélico e ex-secretário de Cultura do Distrito Federal, com passagem pelo PTB e filiação atual ao PDT.

Aos militantes petistas e apoiadores do governo em geral, causou no mínimo estranheza o fato de que um defensor público do impeachment da presidenta seja premiado com cargo de tamanha relevância. Se essa nomeação for indicativa da “estratégia” adotada pelo governo para fazer frente à crise política, ela talvez possa ser resumida pela clássica frase do jogador João Pinto, do Benfica: “*O time estava à beira do abismo, mas tomou a decisão correta e deu um passo à frente*”...

Os defensores da medida talvez argumentem que em certos momentos é necessário entregar os anéis para preservar os dedos, e é aí que provavelmente reside o cerne do problema. O Arquivo Nacional é tratado pelo Estado brasileiro como um anel, um adorno, e não como um dedo, uma parte orgânica fundamental do seu funcionamento. Infelizmente, após treze anos de governo petista, o anel foi agora usado para celebrar um noivado altamente arriscado e comprometedor.

A raiz do problema, porém, é mais



profunda. A criação de arquivos públicos generalizou-se no mundo a partir da expansão do número de estados nacionais no século XIX. De um lado, essas instituições servem como depositórios dos documentos definidos como “históricos”, delimitando as próprias bases “oficiais” a partir das quais as narrativas sobre a identidade nacional são construídas. De outro, definem as normas e procedimentos a partir dos quais os documentos serão classificados e geridos enquanto ainda fizerem parte dos processos decisórios correntes do Estado e o seu posterior recolhimento para realimentar os acervos permanentes. Esse fluxo cria a possibilidade de novas pesquisas históricas no futuro. Mais do que isso, o processamento da documentação deve produzir insumos estratégicos para a qualificação das políticas públicas e para a defesa dos interesses nacionais.

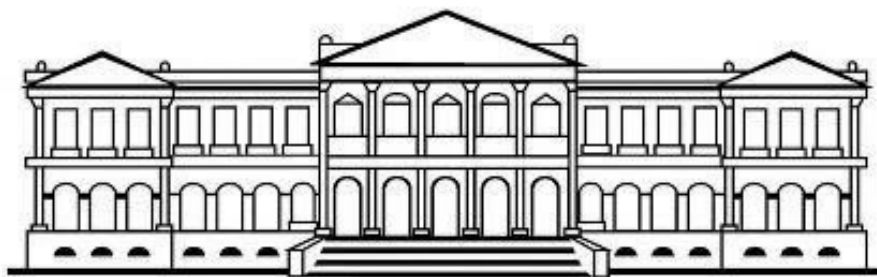
No Brasil, apesar de louváveis esforços da comunidade acadêmica e de avanços pontuais significativos nas últimas décadas, a situação dos arquivos públicos ainda é de extrema precariedade. Evidentemente, isso resulta de subfinanciamento crônico, mas este, por sua vez, decorre da falta de compreensão dos governantes sobre o papel dessas instituições na própria preservação da soberania nacional.

Para verificar isso basta contrastar a marginalização do Arquivo Nacional em relação ao centro decisório do país com a situação do *National Archives and Records Administration* norte-americano, frequentado não apenas por historiadores profissionais, genealogistas e veteranos buscando informações sobre seus batalhões em guerras passadas, mas também por equipes de pesquisadores dos diversos ramos do governo norte-americano em busca de

informações vitais para subsidiar decisões presentes e futuras.

O exemplo acima, por sua vez, leva necessariamente à reflexão sobre o quanto a mudança da capital do Rio de Janeiro para Brasília, em 1960, tornou a situação brasileira ainda mais complexa. Basta circular pela Esplanada dos Ministérios para perceber que impera o desconhecimento sobre procedimentos básicos de classificação e preservação de Arquivos. Um exame do catálogo do Arquivo Nacional, por outro lado, revela um acervo considerável sobre o Império e a Primeira República, mas altamente fragmentado e parcial em relação não apenas aos últimos cinquenta anos, mas a toda a história do país desde 1930. De um lado, a instabilidade política levou muitos governantes, por várias décadas, a se apropriarem de documentação de Estado e tratá-la como “acervo pessoal”, que após seleção baseada nos interesses individuais e familiares é, na melhor das hipóteses, doada a instituições de direito privado. De outro, o protagonismo militar na política inverteu a lógica do direito de acesso à documentação e à informação, definindo o sigilo como regra, não como exceção.

## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA



## ARQUIVO NACIONAL

Houve, é certo, avanços nas últimas décadas, tais como a aprovação da Lei de Arquivos, em 1991, a consequente instalação do Conselho Nacional de Arquivos e, mais recentemente, do “Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo – SIGA”. Durante os governos Lula e Dilma, o diretor mantido no Arquivo Nacional, embora sustentado por forças políticas conservadoras,

abraçou iniciativas caras à esquerda, tais como a criação do “Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) - Memórias Reveladas”, a liberação do acesso à documentação do SNI e a realização de eventos sobre os arquivos das entidades representativas de trabalhadores, em parceria com o setor de documentação da CUT. O nefasto decreto assinado no último dia da presidência por Fernando Henrique Cardoso e publicado, aparentemente de forma inadvertida, já no início do governo Lula, que ampliava os prazos de sigilo dos documentos e estabelecia a possibilidade de sua prorrogação indefinida, foi também derrubado, já no primeiro governo Dilma.

É, entretanto, muito pouco diante do exposto acima sobre o papel do Arquivo Nacional. Mantidas as tendências atuais, há muito que temer, tanto em relação às condições para que os historiadores do futuro venham a desempenhar o seu ofício adequadamente quanto, especialmente, pela perspectiva do Estado brasileiro permanecer aliado do processo de produção e análise da documentação histórica como instrumento de planejamento estratégico.

A natureza da troca realizada no comando da instituição acrescenta a esses problemas uma demonstração cabal de miopia na relação do governo com a pequena, mas aguerrida, parcela dos formadores de opinião que o defendem nas presentes circunstâncias. Há limites para o pragmatismo, passados os quais se estabelece a desmoralização.★

\* **Alexandre Fortes** é professor da UFRRJ





# A sanha conservadora e nossos direitos

Rosana Ramos\*

**A**o começar a escrever o texto para o 8 de março – Dia Internacional da Mulher – senti-me em parte como o repórter interpretado por Bill Murray no filme “O Feitiço do Tempo”, no qual ele fica preso, pois toda manhã quando acorda vê que é a repetição do dia anterior. É bem esta a sensação que tenho, que escreverei tudo o que já escrevi em anos anteriores. Que em todos os anos, nesta data, reiteramos a reivindicação das mulheres na luta por seus direitos. Quase nada avança. O que dizer, então, quando a pauta agora se trata de lutar por “nenhum direito a menos!”

Mas alguém pode dizer, porém, voltando ao filme, que o texto deste ano não é uma espécie de dia da marmota, em que tudo se repete, porque o enfoque da luta mudou para a resistência à perda de direitos. Em certa medida sim, no entanto, as questões que afetam diretamente às mulheres ainda são as mesmas: a desigualdade salarial, a divisão sexual do trabalho doméstico, a luta das mulheres por creches, o direito das domésticas; a violência contra a mulher, direitos sexuais e reprodutivos, a mercantilização do corpo e da vida das mulheres e sua imagem na mídia; e a participação política e presença nos espaços de poder e decisão.

Com o fim do recesso parlamentar, estava preparada para falar sobre o enfrentamento necessário à pauta conservadora do Congresso, que se intensificou no ano passado com o deputado Eduardo Cunha na presidência da Câmara; e sobre as medidas adotadas pelo governo federal para enfrentar a crise política em 2015, dentre elas a extinção da Secretaria de Política para as Mulheres (SPM) como ministério e sua trans-

Mulher Em Frente ao Espelho, Pablo Picasso



*Em todos os anos, nesta data, reiteramos a reivindicação das mulheres na luta por seus direitos. Quase nada avança. O que dizer, então, quando a pauta agora se trata de lutar por “nenhum direito a menos!”*

formação em Secretaria Especial. Mas nem bem o ano teve início, em janeiro já fomos atropeladas por um vídeo do prefeito de São Bernardo, Luiz Marinho (PT-SP), em que procura desmentir boatos sobre inclusão do termo “ideologia de gênero” no Plano Municipal de Educação da cidade e defende os valores da “família”. Então decidi começar por este fato, que nos ajuda a ver como os impactos da pauta conservadora sobre a esquerda, a classe trabalhadora e a vida das mulheres são mais amplos e conseguem até mesmo arregimentar setores progressistas.

Para quem não o conhece, Marinho foi dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC na década de 1980; presidente nacional da CUT; ministro do Trabalho e Emprego e ministro da Previdência Social nos governos Lula. Portanto, estamos falando de um prefeito com trajetória de longos anos nas fileiras do Partido dos Trabalhadores. Em tom quase religioso, Marinho se

disse defensor da família, especialmente das crianças; e declarou ainda que encaminhará à Câmara de Vereadores um projeto de lei que vetará o que chamam de ‘ideologia de gênero’ em qualquer escola de São Bernardo do Campo, seja ela municipal, estadual ou particular. Suas declarações motivaram reações no partido, em organizações feministas e de mulheres.

A Secretaria Nacional de Mulheres do PT, por meio de nota, repudiou a manifestação do prefeito, dizendo que o “país se depara com uma frente conservadora, desinformada e manipuladora. Lamentavelmente, é preciso reconhecer que tal frente sabe agir com a eficiência necessária para semear insegurança, medo, desconfianças, gerar dúvidas e abalar convicções até de pessoas que historicamente lutaram por um mundo melhor onde todos e todas são respeitados(as) independentemente de sexo, raça, religião, classe social ou qualquer outro rótulo que lhes são atribuídos”.

A nota da SNMPT diz ainda que o que “está sendo abominado sob o rótulo de ideologia de gênero nada mais é do que a defesa da Democracia, dos direitos individuais e de um Estado Laico livre da ingerência da religião”.

O Plano Nacional de Educação aprovado em 2014 tem a meta de que todos os entes da Federação elaborem seus planos. Pressionados pelas bancadas religiosas e com respaldo das igrejas evangélicas e católica, alguns estados e municípios retiraram de seus planos trechos em que constavam metas de combate à “discriminação racial, de orientação sexual ou à identidade de gênero”, censos sobre situação educacional de travestis e transgêneros e incentivo a programas de formação sobre gênero, diversidade e orientação sexual.

A SNMPT aponta acertadamente que o país se depara com uma frente conservadora, mas é preciso ir mais além na análise para entender que forças são estas que atuam nesta frente e por quais motivos.

**A direita se fortalece**

Há uma ofensiva de direita, que não se limita ao Brasil, mas que também atinge toda a América Latina. As eleições recentes na Argentina e Colômbia retratam bem o que está em curso. Esta ofensiva visa, dentre outras coisas, o fim da política adotada pelos países, com governos progressistas, de integração latino-americana e o realinhamento com os Estados Unidos; no plano nacional, a retirada de direitos das trabalhadoras e trabalhadores, com a redução dos níveis salariais. Na campanha eleitoral da reeleição da presidenta Dilma setores da direita defenderam abertamente esta tese, como garantia de crescimento econômico.

O grande capital, a direita partidária, setores conservadores e atrasados da sociedade e o oligopólio da mídia protagonizam este movimento de retrocesso político e social, que atinge diretamente às mulheres trabalhadoras, que são duplamente oprimidas.

Primeiro, no que diz respeito à redução do salário, as mulheres são responsáveis em sua grande maioria pelo cuidado e educação dos filhos. Dados recentes mostram que quase 40% das

famílias brasileiras são chefiadas por mulheres. Outro fato relevante é que em 2011, 25% do total da renda da classe A provinha da mulher, enquanto na classe C esse índice chega a 41%.

Quanto aos direitos trabalhistas, a precarização do trabalho com a terceirização para todas as atividades, vai produzir dentre outras coisas o aumento de jornada, redução de salário e vários problemas relacionados à saúde. As mulheres, principalmente da classe trabalhadora, que já têm dupla jornada de trabalho, uma vez que não há divisão sexual do trabalho doméstico, serão as mais atingidas.

Em relação à dupla jornada de trabalho é incontestável que a distribuição do trabalho doméstico é muito desigual entre mulheres e homens. Em 2008, enquanto que, do total de mulheres ocupadas, 87,9% declararam ter afazeres domésticos, apenas 46,1% dos homens responderam afirmativamente. Em média, as mulheres dedicam mais de 20 horas semanais e os homens apenas 9,2 horas. A combinação de trabalho produtivo e reprodutivo faz com que a jornada de trabalho feminina seja apro-

ximadamente 13% mais extensa que a jornada masculina. Quanto aos salários, os homens ganham aproximadamente 30% a mais que as mulheres de mesma idade e nível de instrução.

No caso das mulheres negras, a precarização e redução salarial seriam ainda mais dramáticas, pois elas estão concentradas em funções mais desvalorizadas no mercado de trabalho, com baixos salários e não sem ou com pouca proteção social e trabalhista.

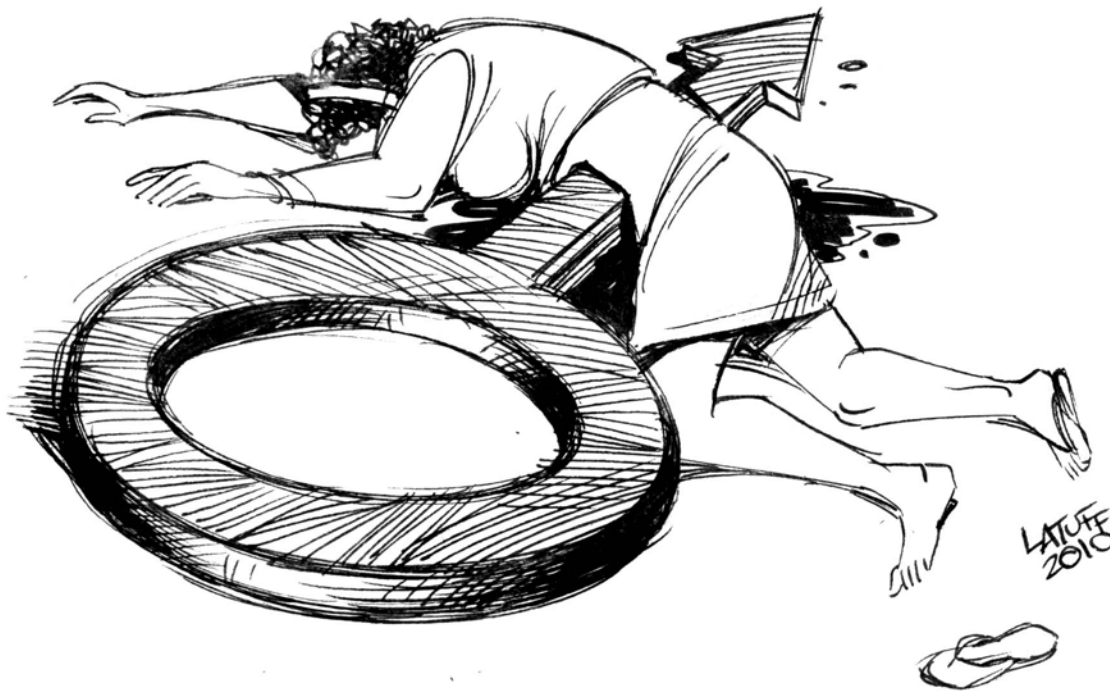
A retirada de direitos implica ainda na redução de benefícios sociais, como o Bolsa Família, no qual as mulheres são as principais beneficiárias, pois têm prioridade no recebimento; e o Minha Casa Minha Vida, cuja titularidade às mulheres passou a lhe dar uma certa autonomia frente ao seu companheiro.

Segundo, porque estes setores da direita, mesmo que ainda heterogêneo, aliam-se e adotam discurso ideológico reacionário, fundamentalista. É a estratégia de dividir para governar. Colocam literalmente uma cunha entre mulheres e homens, particularmente na classe trabalhadora, cuja boa parte, por razões de dominação histórica, é



*Setores da direita, mesmo que ainda heterogêneo, aliam-se e adotam discurso ideológico reacionário, fundamentalista. É a estratégia de dividir para governar.*





mais suscetível ao discurso, por maior dificuldade ao acesso à informação e a recursos financeiros. Nesta guerra, os reacionários e fundamentalistas tentam isolar os setores progressistas da classe.

### Pauta perigosa no Congresso

E o fazem com maestria quando se trata de avançar sobre os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. Tema polêmico, que sempre causa divisão, principalmente porque envolve dogmas religiosos. Num Estado em que a bancada da bíblia no Congresso, como é conhecida, cresceu muito nos últimos anos, a laicidade está cada vez mais comprometida. A hegemonia dos religiosos e conservadores na Câmara dos Deputados tem garantido na pauta projetos como a “cura gay”; o Estatuto da Família, que reconhece a família apenas como a entidade “formada a partir da união entre um homem e uma mulher, por meio de casamento ou de união estável, e a comunidade formada por qualquer dos pais e seus filhos”.

Ou ainda o projeto de Lei 5069/13, do deputado federal Eduardo Cunha, que tenta usurpar conquistas históricas

das mulheres. O PL cria punições mais severas para quem fornecer substâncias abortivas e torna obrigatória a comprovação prévia de abuso sexual por meio de exames antes da realização de abortos em casos de gravidez resultantes de estupro.

O texto modifica a Lei de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual e veta, por exemplo, que a mulher receba orientações sobre o aborto legal – o procedimento no país só é permitido para os casos de estupro, risco de morte para a mãe ou no caso de um feto anencéfalo. E mesmo assim os abortos são dificultados pelo Estado.

No Brasil, na prática, o aborto é permitido para quem pode pagar: mulheres da classe média e alta. As mulheres pobres, principalmente, as negras, recorrem as clínicas clandestinas ou aos métodos, que resultam em sequelas ou na morte destas, já que, por concepções religiosas, antes de serem atendidas são criminalizadas. O debate está na novamente na ordem do dia com a incidência de casos de microcefalia no país.

Defender a legislação atual é a resistência que o momento exige, mas não

nos esqueçamos que a luta histórica das mulheres é pela autonomia de seu próprio corpo e pela legalização do aborto.

### Conciliação de classe e gênero

Nesta seara, parte dos setores progressistas não se posiciona; parte concilia e não enfrenta o debate com medo de perder eleitorado. É o caso do prefeito Luiz Marinho e seu vídeo que desrespeita as resoluções congressuais, ofende as tradições do PT, do conjunto da esquerda, e dos setores democráticos. A recusa e a omissão na discussão sobre a igualdade de gênero é uma posição política que não contribui com a formação das futuras gerações e com a garantia da igualdade dos direitos de mais da metade da população (52%): as mulheres.

Em ano eleitoral, a postura do prefeito Marinho talvez seja apenas um exemplo. É preciso acompanhar muito de perto o que ocorrerá nos demais municípios. Garantir a eleição de uma boa bancada de mulheres nas câmaras de vereadores e prefeituras; e de homens de esquerda comprometidos com a defesa dos direitos das mulheres.

Por fim, se a ofensiva de direita tenta nos dividir, fragmentar a esquerda. A nossa tarefa de casa deve ser atuar de maneira unificada. Neste caso, erra o governo federal quando também se rende à pauta da direita, principalmente quanto à decisão de fazer um ajuste fiscal recessivo; e quando responde à ânsia partidária de direita com a extinção da SPM como ministério e a transformação em Secretaria Especial.

Este ano tem a 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres do Governo Federal, entre os dias 10 e 13 de maio, em Brasília. Será um bom momento para avaliar as ações do governo e qual o saldo dos cinco anos de governo da primeira presidenta do Brasil.

Se as mulheres não têm garantido nenhum direito a mais; que tenha pelo menos nenhum direito a menos. E que no ano que vem, nós mulheres, não tenhamos mais um dia da marmota. ★

\* **Rosana Ramos**, jornalista, é da Direção Nacional do PT

**Colaboração: Wilma dos Reis**, bacharel em Direito, militante da Articulação de Esquerda no DF

